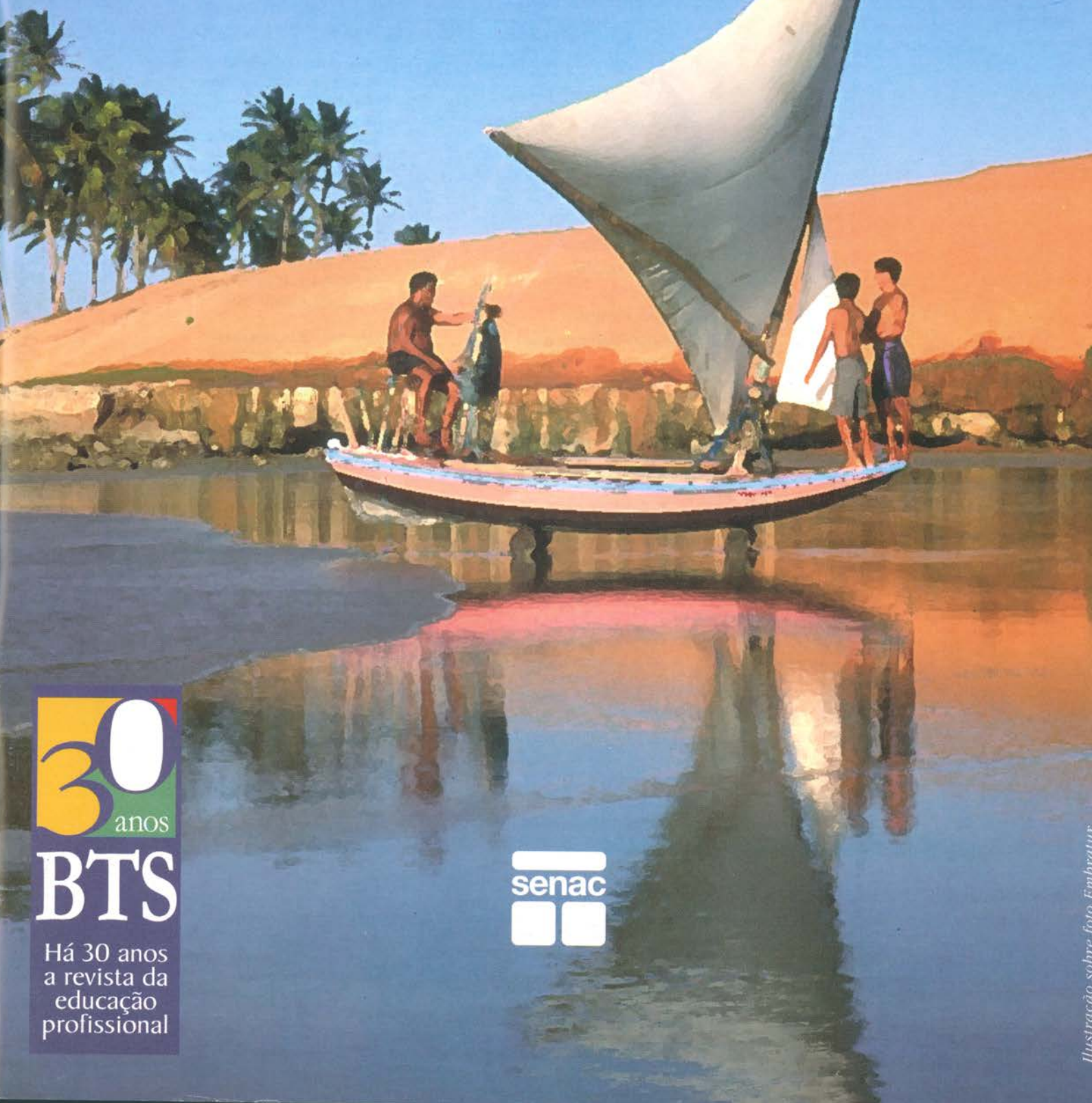


ISSN 0102-549X

BOLETIM TÉCNICO DO SENAC

Volume 30 nº 1 Janeiro /Abril 2004



30
anos
BTS

Há 30 anos
a revista da
educação
profissional



COMUNIDADES RECEPTORAS LOCAIS E COMUNIDADES DE TURISTAS: REDIMENSIONANDO RESPONSABILIDADES PARA UM TURISMO SUSTENTÁVEL

Ana Lúcia Camphora Pacheco*

Abstract

The possibility of redefining the principles that underlie the models of temporary co-existence - where the civilized and the exotic, the dominating and the dominated, the global and the local meet with one another - offers a panorama for reflecting on the social dimension of the sustainability of tourism. Examining the crisis of modernity - tied as it is to the dichotomy that views nature and society as isolated, airtight categories - helps to clarify further the hybrid conditions that disturb the dynamics of the interaction between individual and collective identities.

Keywords: Sustainable Tourism; Sustainable Development; Social Responsibility; Tourist; Community.

Este ensaio tem o objetivo de provocar reflexões sobre possíveis alternativas para o enfoque das relações entre as comunidades locais dos destinos turísticos e as comunidades de turistas. A visibilidade deste fenômeno, cuja complexidade tem sido parcialmente discutida, lança o desafio de abordar a dimensão psicossocial do turismo sustentável, entendido, segundo IRVING (2001) como um modelo de desenvolvimento estratégico, que implica na mobilização comunitária e no desejo de enfocar o ambiente como um bem coletivo a ser preservado em suas dimensões econômica, ecológica e social.

O turismo incita à distinção de, pelo menos, dois tipos de sujeito em interação: o que, por sua mobilidade, iria ao encontro de um outro que, na maioria das vezes, se encontraria restringido à sua condição local. Os efeitos dessas relações, que incidem sobre as comunidades anfitriãs e sobre a qualidade da experiência turística, traduzem uma dimensão diversificada e dinâmica do turismo sustentável. Entretanto, os componentes sociais da atividade, frequentemente enfocados a partir de uma abordagem dicotômica, identificariam as comunidades locais e os turistas como categorias contrárias, facilitando a percepção de conflitos entre os interesses e valores distintos envolvidos nessas relações. Essa perspectiva também pode dificultar o entendimento sobre possíveis laços, influências e interações, gerados a partir das diversas competências e ações constituídas nesse cenário.

O confronto de diferenças gerado no encontro entre essas identidades é, com frequência, caracterizado como conflito e desequilíbrio: comunidades locais, restritas a seus espaços e tempos, submetidas a um isolamento relativo, com estilos de vida onde predominariam atividades de provisionamento versus comunidades de turistas, procedentes de contextos socioculturais mais amplos, integradas em uma sociedade urbano-industrial global. Esta oposição, que parece não estar encontrando respostas e soluções satisfatórias para problemas que se multiplicam nas condições diversificadas da atualidade, parece simplificar o debate sobre a dimensão social da sustentabilidade turística encobrendo, possivelmente, formas mais complexas de interação.

A oposição entre comunidades receptoras locais e comunidades de turistas projeta duas outras perspectivas. A primeira, diz respeito ao sistema de representação de mundo que resultou do projeto moderno, baseado na dicotomia entre sociedade e natureza, que pode ser redimensionada para melhorar o entendimento sobre a extensão dos interesses simultaneamente naturais e sociais que conduzem à sustentabilidade turística. A segunda, que corresponde a um efeito da primeira, permite abordar a ruptura que definiu a relação da sociedade ocidental moderna com todas as “outras”, consideradas pré-modernas, primitivas ou tradicionais.

Essas questões emergem a partir da insuficiência dos dispositivos modernos de isolamento e ordenamento diante da tarefa de dar conta da grande variedade de categorias, interações e modos de reagrupamento, assim como de técnicas, papéis e instituições, na atualidade. O deslocamento do foco de problematização sugere uma menor preocupação com a delimitação de categorias e fronteiras – moderno/tradicional, artesanal/industrial, natural/social/ local/global –, e maior atenção com relação à pluralidade e à dinâmica das interações, que se revelariam como condições significativas da atualidade.

Interesses simultaneamente naturais e sociais, mobilizados a partir de uma perspectiva de sustentabilidade, implicam o reconhecimento da participação prioritária de atores historicamente excluídos dos cenários de decisão – as comunidades locais e o meio ambiente. Esses objetivos que, segundo IRVING (2002),¹ pressupõem responsabilidade social e ética, coparticipação e avaliação do custo-benefício por todos aqueles que estejam envolvidos, sejam ou não considerados beneficiários, conduziram a um desenvolvimento controlado, qualitativo, a longo prazo, com controle local, conforme descreve SWARBROOKE (2000).² Os resultados apontam para uma reavaliação das expectativas dirigidas pelo modelo de desenvolvimento que associou planejamento turístico à descaracterização cultural, exclusão econômica das populações locais e impactos ambientais negativos. Em políticas de planejamento, decisão e administração, seriam reavaliadas, sobretudo, as desarticulações entre fatores econômicos, sociais, culturais e ambientais. Com relação a tal propósito, diversos autores enfatizam, sob pontos de vistas distintos, as Ciências Humanas e Sociais como eixo essencial para tematizar a sustentabilidade:

Os fatores humanos são as forças propulsoras chave neste intrincado conjunto de relações e exercem influência direta nas mudanças a nível mundial. Em consequência, é indispensável o estudo das dimensões humanas das causas e consequências das mudanças ecológicas e das formas de desenvolvimento mais sustentáveis. (AGENDA 21, (1992).³ ...o reconhecimento das questões ambientais como sócio-ambientais tem despertado nos gestores, parceiros e estudiosos a necessidade de recorrerem às Ciências Sociais para buscar maior compreensão dos fenômenos e formas de intervenção mais adequadas. (CERQUEIRA (1997).⁴ Onde quer que olhemos – energia nuclear, resíduos tóxicos, pesticidas, poluição atmosférica, qualidade da água – vemos exemplos de nosso fracasso em apreender as implicações sociais do conhecimento científico que possuímos e os custos transferidos ao meio ambiente.” (REDCLIFT, (2001).⁵ A concepção de desenvolvimento sustentável implica um novo paradigma do pensar as sociedades humanas segundo uma nova ética de democratização de oportunidades e justiça social, percepção das diferenças como elemento norteador de planejamento, compreensão da dinâmica de códigos e valores culturais e compromisso global com a conservação de recursos naturais. (IRVING (2002).⁶

A dimensão social da sustentabilidade é tomada como uma das bases para o planejamento, a promoção e o gerenciamento de atividades, nas diretrizes nacionais formuladas para o desenvolvimento do segmento ecoturístico (EMBRATUR/IBAMA, (1994).⁷ O envolvimento ativo das comunidades receptoras dos locais de destino como “atores importantíssimos”, desde o estágio preliminar de planejamento, até a implementação e a operacionalização das ações, é uma das premissas desse segmento em expansão do setor turístico. Também foi destacada a necessidade de orientar uma conduta adequada, por parte dos turistas, com relação aos atrativos naturais e culturais e, em especial, com relação ao seu comportamento junto às comunidades locais. Entre os inúmeros obstáculos ao planejamento sustentável do segmento, foram identificados problemas associados ao “comportamento inadequado do turista” e à “participação comunitária deficiente”; a respeito dos turistas, foram apontadas a falta de orientação a respeito do lazer de natureza, conscientização e conhecimento insuficientes, pouca orientação e marketing inadequado. Com relação às comunidades receptoras, foram identificados problemas relacionados ao seu despreparo, falta de acesso a informações, incompatibilidade entre os interesses locais e a atividade, exclusão dos processos de decisão, preconceito contra o turismo e retorno financeiro insuficiente.⁸

O reconhecimento de que o turismo põe em contato diferentes culturas e estilos de vida, de forma direta, espontânea e imediata, revela uma dimensão da atividade, entendida como uma ação a serviço da paz e da união entre os povos. A necessidade de integrar princípios de respeito e compreensão, nas relações entre comunidades locais e turistas, é amplamente justificada pelo Código Ético Mundial para o Turismo.⁹ Nos objetivos sociais dimensionados no texto do Código, podem ser destacados o entendimento e o respeito entre homens e sociedades como responsabilidade comum, tanto dos turistas como das comunidades receptoras, através do reconhecimento da diversidade social e cultural diante de peculiaridades, tradições, crenças e hábitos. Essa compreensão pode ser um fator de hospitalidade das comunidades locais, além de garantir uma maior segurança para o turista, assegurada pela informação acerca dos regulamentos locais e dos riscos potenciais gerados pela atividade para as localidades turísticas. Uma educação individual e coletiva, dirigida para o reconhecimento e a percepção da diversidade de identidades e direitos específicos, em especial daquelas minorias mais vulneráveis, constituiria um reforço aos valores sociais e culturais do turismo.

A participação privilegiada do meio ambiente e das comunidades locais, como atores nas decisões e nos direitos relacionados à sustentabilidade turística, aponta para a revisão do modelo característico da modernidade: a ruptura entre sociedade e natureza, categorias tratadas no interior de campos de conhecimentos distintos. A impossibilidade de enxergar, na atualidade, uma fronteira que delimite propriedades, competências e atribuições específicas a essas categorias indica a necessidade de redimensionar a visão de mundo que dirigiu o pensamento moderno. Ao questionar dois paradigmas centrais da modernidade, LATOUR (1994)¹⁰ focaliza a ruptura entre natureza e sociedade e, como uma de suas consequências, a “grande divisão” que isolou a sociedade ocidental das outras, denominadas primitivas ou pré-modernas. Seu enfoque propõe uma antropologia do mundo moderno, capaz de abrigar, simetricamente, humanos e não-humanos,¹¹ desde que nos sentimos incapazes de viver a partir de uma perspectiva prisioneira dos domínios da natureza ou das organizações sociais.

Essa visão de mundo dicotômica caracteriza a constituição moderna, que deflagrou a evolução da civilização ocidental. A modernidade corresponde à ruptura com um passado arcaico, estável, em cuja “desordem” natureza e sociedade formariam um “tecido inteiro” (LATOUR (1994).¹² Romper com esta indistinção foi o objetivo que mobilizou o esforço moderno, através de um acordo firmado a partir da divisão de poderes que garantiu domínios específicos aos fatos naturais – exclusivamente representados pela ciência, constituída sem nenhum tipo de influência social –, e aos fenômenos sociais – completamente legitimados por forças sociais. Tal isolamento eliminou toda a possibilidade de laços e influências entre as duas categorias, produzindo a assimetria entre sociedade e natureza, humanos e não-humanos.

A “grande divisão” entre a sociedade moderna e todas as outras que não se enquadrariam em sua visão de mundo constitui uma outra oposição determinada por esta ruptura. A sociedade que se constituiu a partir do isolamento com relação à natureza tomou a ciência e as técnicas modernas como seu maior trunfo para garantir o predomínio com relação àquelas consideradas primitivas, tradicionais ou pré-modernas. A racionalidade e a eficiência técnica operaram o ordenamento e a classificação de tudo o que pareceu desorganizado e irracional, para romper com a confusão entre crenças e fatos, mitos e leis universais e combater as misturas próprias do mundo incivilizado. O acesso privilegiado a uma natureza universal produziu a diferença da sociedade moderna com relação às outras, portadoras de uma visão limitada, relativa, contingente, local; suas crenças, técnicas e domínios se tornaram objeto das etnociências, considerados como aspectos restritos e parciais de uma representação monista do mundo.

Nos registros etnográficos sobre os encontros entre ocidentais e povos primitivos, GEERTZ (2001)¹³ percebeu uma ‘profunda descontinuidade cultural’, reforçada pela crença ocidental em sua própria missão de colonizar a natureza e povos, essencialmente movidos pelas paixões expressas por suas cosmologias, ritos e sacrifícios. A racionalidade ocidental operou o modelo daqueles que decidem pelas ações sobre outros que são “...objetos do saber e em nome dos quais se tomam decisões.” (GEERTZ (2001).¹⁴

O propósito de delimitar identidades culturais distintas sugere uma forma de defesa legítima contra o projeto de assimilação e dissolução da alteridade, em nome da unidade do Estado moderno: consolidou os limites e enfatizou o poder das fronteiras contra a circulação e o inter-câmbio, como garantia de preservação e autonomia da identidade cultural. Mas o esforço de honrar a alteridade atendeu ao objetivo moderno de encaixe dos diferentes em suas próprias categorias, segundo o melhor estilo de engenharia social, dirigida pelo sonho de pureza. Uma comunidade seria purificada na medida em que demarcasse sua diferença com relação a tudo o que se distingue daquilo que compartilha em seu interior (BAUMAN (1999)).¹⁵

Reflexos dessa visão de mundo, no contexto socioambiental brasileiro, foram identificados por DIEGUES (1996)¹⁶ na política de conservação dos parques nacionais que inspirada na estratégia ocidental de proteção à natureza, pretendeu assegurar o isolamento de dois mundos – a civilização moderna e a natureza selvagem. A presença de populações nessas áreas era, assim, incompatível com o objetivo de preservar uma natureza isolada do contexto das ações e valores humanos. Para o autor, esse modelo, que corresponde ao ‘neomito’ de uma natureza pura, orientou o manejo das áreas de conservação onde, além da biodiversidade, habitam as denominadas populações tradicionais – caiçaras, vargeiros, pantaneiros, ribeirinhos, pescadores e jangadeiros, habitantes de diferentes regiões do território brasileiro, com estilos de vida basicamente orientados por atividades de provisão, com baixa acumulação de capital e predomínio das relações familiares e comunitárias.

Como um objeto submetido às conveniências da sociedade moderna, o controle da natureza foi uma responsabilidade atribuída a entidades preservacionistas públicas e privadas. Esse modelo conduziu à exclusão dessas populações, à anulação de seus direitos, saberes e técnicas, subordinados à afirmação do saber científico e das técnicas modernas. O projeto do turismo de natureza seria, para DIEGUES,¹⁷ uma consequência natural dessa estratégia, inspirada no modelo do parque nacional americano que, já em 1918, contava com estradas asfaltadas e infra-estrutura para receber visitantes motorizados (USIS, 1991).¹⁸ “Espaços públicos” criados e administrados para cumprir um objetivo nacional, as áreas de preservação beneficiariam majoritariamente os interesses das populações urbanas, deslegitimando os “espaços comunitários”, geridos por elementos simbólicos e organizações locais específicos:

Na verdade, o que está implícito é que estas deveriam ‘sacrificar-se’ para dotar as populações urbano-industriais de espaços naturais, de lazer e ‘contato com a natureza selvagem’. Ou ainda, segundo uma visão mais moderna dos objetivos das áreas naturais protegidas de uso restrito – proteger a biodiversidade. (DIEGUES).¹⁹

A possibilidade de mediar interesses naturais e sociais pode caracterizar melhor a perspectiva de sustentabilidade; uma lógica capaz de apropriar a emergência dos cenários híbridos, ao expressar interesses e valores que não compreendem sociedade e natureza como entidades opostas e isoladas. A dificuldade, cada vez maior, de reconhecer os fatos da natureza e os valores sociais como categorias isoladas arbitrariamente, parece ser efeito do desequilíbrio provocado pelos mecanismos de isolamento e purificação que produziram domínios e interesses próprios do sistema de representação de mundo moderno. Na prática, a modernidade não foi capaz de dar conta da proliferação de híbridos, entidades simultaneamente sociais e naturais (LATOURETTE (1994)).²⁰ A necessidade de dar conta do trabalho cada vez mais minucioso de classificar, incluir e excluir, produzir autonomias territoriais, correspondeu ao objetivo de produzir um mundo de modelos memorizáveis, estáveis e previsíveis. Mas a crescente instabilidade desses modelos, na atualidade, percebida a partir dos deslocamentos de categorias, da fluidez das fronteiras, de incerteza e contingência, seria uma consequência do fracasso desse projeto (BAUMAN, 1999).²¹

No momento em que, em nossa própria constituição individual, na camada de ozônio ou no turismo sustentável, ocorrem múltiplas articulações que não poderiam ser entendidas como efeito de relações dicotômicas, não parece ser mais possível viver em um mundo assimétrico – sob os domínios de uma natureza universal ou de representações sociais.

Essas condições apontam para uma diferença fundamental com relação a expectativas quanto aos efeitos do desenvolvimento: enquanto na modernidade, o progresso consistiu na tarefa de ordenar os sujeitos das ações e seus objetos, impor ordem ao caos e à indeterminação, outros mecanismos, visíveis da atualidade, apontariam para uma maior intimidade entre humanos e não-humanos, que estariam mais confundidos no futuro do que no passado (LATOURETTE (2001)).²² Dessa forma, ao contrário do que o projeto de purificação moderno previu, a definição de civilização consistiria em um número cada vez maior de hibridizações. Nessas condições, o propósito de garantir identidades emolduradas e delimitadas, que dirigiu o conceito moderno de diversidade cultural, não se aplicaria à dinâmica dos contatos e da superposição de mundos tão diferentes, na atualidade. Quando ‘nativos’ se tornam cidadãos – com autonomia, identidade e direitos –, outras formas de desigualdade, conflitos de poder, pressões e influências, emergem de interações e intercâmbios múltiplos (GEERTZ).²³

Quando defende a importância da presença das comunidades tradicionais no interior das áreas de conservação, DIEGUES²⁴ identifica indefinições conceituais para o entendimento da noção de “comunidade tradicional” e falta de consenso quanto à sustentabilidade de suas formas de uso dos recursos naturais. Dois níveis de interação com outras culturas, pelo menos, podem ser considerados para entender a noção de comunidade tradicional: as tribos indígenas, ou “povos da natureza”, seriam comunidades identificadas por sua simbiose com os ecossistemas, enquanto as “culturas tradicionais” ou “povos da biosfera”, seriam comunidades com maior comunicação com a civilização urbano-industrial.

A dimensão do território brasileiro e a consolidação de um país cada vez mais urbano, a partir da segunda metade do século XX, são fatores determinantes de um isolamento relativo dessas populações. Muitas permaneceram nas áreas florestais litorâneas remanescentes que, no passado, foram ocupadas pelos sistemas de monocultura colonial, que se transformaram, a partir da década de 30, em áreas protegidas. Os possíveis impactos gerados por essas formas “comunitárias” de apropriação dos recursos naturais, são avaliados sob uma perspectiva sócio-econômica: pequena produção mercantil como agricultura, extrativismo, atividades de subsistência e trabalho assalariado ocasional (DIEGUES).²⁵ De fato, suas formas de produção estiveram sempre associadas a contextos escravocratas, feudais ou capitalistas, e à baixa acumulação de capital, dificultando o surgimento de novas classes sociais. Além disso, o baixo impacto de suas tecnologias e a baixa densidade populacional favoreceriam a renovação dos recursos

naturais. Mas desorganizações produzidas pelas relações com a “sociedade global capitalista”, provocariam desestruturas nos sistemas de produção dessas populações; essa dependência afetaria, no contexto atual, suas condições econômica, ecológica e sociocultural.

Entre os impactos gerados pelos grandes projetos de desenvolvimento econômico e social, o turismo seria um fator a mais para a desestruturação dos espaços comunitários, pela sua usurpação em benefício dos interesses das populações urbanas. A desorganização das relações entre essas comunidades e a natureza seria uma consequência da sua dependência quanto ao sistema capitalista.

Antagonismos que regulam as relações entre o local e o global podem ser reexaminados. A distinção intrínseca entre o local e o global, sendo um definido a partir do que se atribui ao outro, corresponde ao recurso conceitual de utilizar extremos que se definem e se opõem. Dessa forma, as variações entre local e global resultam do dimensionamento que atribuiu ao Ocidente a condição universal, ou global, em oposição à condição circunstancial e relativa do local (LATOUR (1994)).²⁶

No contexto do planejamento turístico, ‘base local’ compreende:

...um espaço geográfico delimitado por características intrínsecas e comuns fisicoterritoriais e sócio-culturais e, por isso, associa-se ao desenvolvimento regional em qualquer uma de suas múltiplas dimensões. Engloba e explica também a participação engajada e efetiva da população residente nas iniciativas de desenvolvimento, no processo de produção de bens e serviços e na gestão de um complexo político-empresarial. (BENI (2001)).²⁷

Ao se referir ao “saber local”, sob uma perspectiva antropológica, GEERTZ²⁸ enfatiza que “local” é um termo relativo, e que é preciso um cuidado especial para aplicar qualquer tipo de oposição entre o local e o universal. Em oposição ao particularismo e à contingência local, de forte interação pessoal, o global se define por sua condição universal, resultante dos efeitos de disseminação sobre o espaço e o tempo, determinados pela ampla escala de suas redes e conexões. Diferenças geradas, exclusivamente, pela dimensão e número de conexões entre humanos e não-humanos, foram associadas a uma ordem universal global.

Os grandes símbolos modernos de movimento, fluidez, velocidade e descontextualização convergem sobre fenômenos e equipamentos turísticos – aviões, aeroportos, rodovias; nesse cenário psicossocial, escalas servem como acampamentos e não como domicílio, e apenas raízes superficiais são lançadas pelos turistas. Com relação às pessoas do lugar – simples zeladoras das estalagens no meio do percurso, como descreve BAUMAN –, eles apenas cruzam ou tropeçam, em contatos contingentes. A esse turista caberia o papel de executar as regras de um jogo globalizado: “Antes e acima de tudo, eles realizam a façanha de não pertencer ao lugar que podem estar visitando: é deles o milagre de estar dentro e fora do lugar ao mesmo tempo.”²⁹

Uma redefinição dos princípios hierárquicos modernos atribuídos à diversidade cultural sugere que mecanismos de dominação podem dar lugar a mecanismos de emancipação. Nem superioridade, baseada no domínio de uma verdade – e direito –, superior, e nem simplesmente tolerância, parecem sustentar uma coexistência, mesmo temporária, em um lugar de destino comum a comunidades receptoras e a comunidades de turistas. O encontro entre o civilizado e o exótico, o dominante e o dominado, o local e o global, se converteria no encontro entre o “outro” emancipado e aquele que, na atualidade, viveria uma existência desprovida de certeza. Para BAUMAN, esse redimensionamento da diversidade social torna-se possível através da solidariedade, desde que não pode “...derivar sua confiança de nada sequer remotamente sólido e portanto confortador como as estruturas sociais, as leis da história ou o destino das nações e raças, de que os projetos modernos extaríram seu otimismo, autoconfiança e determinação.”³⁰

Uma alternativa à definição arbitrária de papéis estabelecidos a priori, é apontada na leitura das recomendações da Agenda 21,³¹ para alcançar uma autêntica participação social em direção ao desenvolvimento sustentável. As medidas voltadas para o fortalecimento do papel dos grupos principais não partem da definição antecipada de categorias; a necessidade de reconhecer a participação de outros atores nas decisões envolve, igualmente, todas as pessoas, grupos e organizações interessadas, em especial aqueles diretamente afetados pelas ações. Todos têm, também, a mesma necessidade de acesso a informações sobre as medidas de desenvolvimento e de proteção ao meio ambiente. Como definição operacional das áreas de programa da Agenda 21, foram identificados como grupos principais: a mulher, a infância e a juventude, populações indígenas, organizações não governamentais, autoridades locais, trabalhadores e seus sindicatos, comércio e indústria, comunidade científica e tecnológica e agricultores. Essa perspectiva simétrica, não fundada em antagonismos, parece indicar que novas formas de participação também implicam uma reavaliação da lógica dos procedimentos necessários ao desenvolvimento sustentável.

O reconhecimento de semelhanças e diferenças, por si só, não determina a imposição arbitrária de fronteiras – que obscureceriam a percepção e o entendimento de toda a extensão das relações entre identidades individuais e coletivas distintas. Outras bases de avaliação podem ser mais compatíveis para enfocar os componentes psicossociais da sustentabilidade turística. O contexto brasileiro impõe como desafio incluir aqueles segmentos sociais submetidos às pressões de um modelo socioeconômico centralizado, que jamais considerou qualquer expressão de diversidade local, seja de caráter cultural ou ambiental. O modelo participativo, considerado como premissa para o reconhecimento e a valorização da singularidade do imaginário e dos saberes locais, aponta para processos que, uma vez deflagrados, podem se configurar de forma irreversível. A participação comunitária, que segundo IRVING (2002),³² envolve o acesso à educação e a informações para ações sociais conscientes, integra o prazer de compartilhar a medidas eficientes para a obtenção de resultados. Mas não existem mecanismos “pré-fabricados” para essa tarefa, que implica um amadurecimento social gradativo em direção à capacitação e a uma postura política responsável.

O reconhecimento da crise que afetou a visão de mundo moderna assinala, assim, o propósito de pensar sociedade e natureza fora do panorama limitado pela dicotomia. Ao reconhecer a impossibilidade de pensar qualquer estrutura social que não incorpore a mistura crescente de humanos e não-humanos, LATOUR (2001)³³ propõe uma abordagem melhor habilitada para reconhecer as múltiplas articulações possíveis entre ações, competências e funções que não podem ser identificadas por atributos assimétricos, exclusivamente situados em categorias delimitadas como sociais ou naturais. Comunidades distintas correspondem, portanto, a

distintas formas de mobilizar entidades humanas, naturais e técnicas.

Com relação ao contexto mais amplo do turismo sustentável, a extensão dessas articulações seria apreciada na ênfase dada pelo secretário-geral da Organização Mundial do Turismo, Francesco Frangialli, à necessidade de utilizar tecnologias na conservação dos recursos naturais, por ocasião da escolha do tema 'Tecnologia e Natureza', para o Dia Mundial do Turismo de 2000.³⁴ Articular natureza, sociedade e técnica atende a um turismo sustentável, essencialmente beneficiado pelas novas tecnologias, sejam elas aplicadas à mobilidade, ao conforto, à teleinformática ou à segurança ambiental.

Com relação aos intercâmbios entre identidades individuais e coletivas distintas, potencializadas pela atividade, LATOUR (1994)³⁵ propõe restaurar a simetria entre a sociedade ocidental e todas as outras, desde que seja possível entender a diferença entre o extenso campo das ciências e das técnicas modernas e o dos saberes, poderes e peculiaridades das outras sociedades como variações de tamanho e de extensão; e, portanto, relativizar a crença no caráter universal atribuído à sociedade moderna. Desfeita a assimetria e, também, a distinção entre as esferas social e material – que corresponde aos fatos da natureza e às técnicas –, a distribuição de competências e responsabilidades entre todos os atores, humanos e não-humanos, pode conduzir a um legítimo exercício de cidadania, orientado para uma 'ecologia política'.

A esse respeito, vale ouvir a impressão de Bruno Latour sobre esses desdobramentos, para uma maior visibilidade sobre as novas dinâmicas e articulações que parecem incidir, especialmente, sobre as bases sociais que permitem dimensionar a sustentabilidade turística:

Advogados, ativistas, ecologistas, empresários e filósofos políticos sugerem seriamente agora, no contexto de nossa crise ecológica, que se concedam a não-humanos alguns direitos e mesmo uma condição jurídica. Não faz muito tempo, contemplar o céu significava refletir sobre a matéria ou a natureza. Hoje, vemo-nos em presença de uma confusão sociopolítica, pois o esgotamento da camada de ozônio provoca uma controvérsia científica, uma disputa política entre o Norte e o Sul, bem como importantes mudanças estratégicas na indústria. A representação política de não-humanos parece atualmente não apenas plausível como necessária, embora fosse considerada há poucos anos ridícula ou indecente. Costumávamos zombar dos povos primitivos por acreditarem que uma desordem na sociedade, uma poluição, ameaçaria a ordem natural. Já não nos rimos com tanto gosto, pois deixamos de usar aerossóis com medo de que o céu desabe sobre nossas cabeças. Como os 'primitivos', tememos a poluição causada por nossa negligência – o que significa, é claro, que nem 'eles' nem 'nós' fomos alguma vez primitivos (LATOUR (2001)).³⁶

Notas

1 IRVING, M.A. Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: IRVING, M. A; AZEVEDO, L. Turismo, o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Ed. Futura, 2002.

2 SWARBROOKE, J. Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Ed. Aleph, 2000.

3 CONFERENCIA DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE EL MEDIO AMBIENTE Y EL DESARROLLO, Rio de Janeiro, 1992. Agenda 21. p. 16-17.

4 CERQUEIRA, M.C. Gestão ambiental na realidade da Rio plus 5 a Caruaru plus 1. Subsídios INESC, Brasília, v. 5, n. 33, 1997. p. 18.

5 REDCLIFT, M. Feitos à nossa imagem: o meio ambiente e a sociedade como discurso global. In: ARIZPE, L. As dimensões culturais da transformação global. Brasília: UNESCO, 2001. p. 234-235.

6 IRVING, M.A. (2002) op. cit., p. 35.

7 EMBRATUR. Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo. Brasília, Ibama, 1994.

8 Para maiores detalhes, ver gráfico 'Matriz de Problemas' (EMBRATUR. (1994) op. cit.

9 CÓDIGO Ético Mundial para o Turismo, em <http://www.ecotourism.org/textfiles/board-062001.html> em 20/03/2002.

10 LATOUR, B. Jamais fomos modernos. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

11 Quando identifica o acordo moderno, que teria isolado arbitrariamente natureza e sociedade como pólos opostos e incomunicáveis, Bruno Latour propõe a noção de 'coletivo' – que designa entidades simultaneamente naturais e sociais, que não se enquadram em nenhuma das duas categorias. Coletivos são constituídos por humanos e não-humanos, que não seriam mais considerados como simples objetos, e, assim, designando os agentes naturais e técnicos (LATOUR (1994) op. cit.

12 LATOUR, B. (1994) op. cit.

13 GEERTZ, C. Nova luz sobre a antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

14 Id. *ibid.*, p. 91.

15 BAUMAN, Z. Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

16 DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1996.

17 Id. *ibid.*

18 USIS. Serviço de Parques Nacionais: uma história. Brasília: Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos EUA, 1991.

19 DIEGUES, A. C. (1996) op. cit., p. 66.

20 LATOUR, B. (1994) op. cit.

21 BAUMAN, Z. (1999) op. cit.

22 LATOUR, B. A esperança de pandora. São Paulo: EDUSC, 2001.

23 GEERTZ, C. (2001) op. cit.

24 DIEGUES, A. C. (1996) op. cit.

25 Id. *ibid.*

26 LATOUR, B. (1994) op. cit.

27 BENI, M. C. Política regional sustentável em clusters de turismo: a realidade brasileira. Boletim de Turismo e Administração

Hoteleira, São Paulo, n. 2, out., 2001. p. 60.

28 GEERTZ, C. (2001) op. cit.

29 BAUMAN, Z. (1999) op. cit., p. 114.

30 Id. ibid. p. 271.

31 CONFERENCIA DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE EL MEDIO AMBIENTE Y EL DESARROLLO. (1992) op. cit.

32 IRVING, M.A. (2002) op. cit.

33 LATOUR, B. (2001) op. cit.

34 Comunicação sobre o Dia Mundial do Turismo em <http://www.ecotourism.org/textfiles/board-062001.html> em 20/03/ 2002.

35 LATOUR, B. (1994) op. cit.

36 Id. (2001) p. 232.

* Psicóloga, Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pelo Programa EICOS – Cátedra Unesco de Desenvolvimento Durável, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Artigo premiado em 1º lugar – Categoria Externa – do Prêmio Sesc-Senac de Turismo Sustentável, realizado em outubro de 2002.

E-mail: Anacamphora@yahoo.com.br

Recebido para publicação em 02/03/2004.

MAPEAMENTO SEMÂNTICO DO TURISMO SUSTENTÁVEL (ARQUITETANDO UM NOVO PAÍS)

Luciano Amaral Oliveira*

Abstract

An analysis of the theoretical implications of sustainable tourism based on its semantic imbrications. The text sets out to verify whether sustainable tourism can help to shape a new country both from the geophysical and socio-cultural point of view. This type of analysis is needed at a time when people are traveling more and more in search of natural destinations and theoreticians are being driven further apart by the vagueness of concepts.

Keywords: Sustainable Tourism; Concept; Sustainable Development.

(IN)DEFINIÇÃO DE TURISMO SUSTENTÁVEL

Nos últimos anos, o léxico de governantes, empresários e acadêmicos brasileiros trouxe à ribalta termos elegantes e representativos de temas que preocupam muitas nações: risco-Brasil, globalização, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Do último termo surgiu turismo sustentável, que tem inspirado autores e estudantes, e provocado debates em muitos países. E é exatamente de turismo sustentável que este artigo trata. Será

que o turismo sustentável pode contribuir para desenhar um novo país? Para responder a essa pergunta, é necessário, antes de tudo, entender o que o conceito de turismo sustentável significa. Entretanto, tal entendimento não é tarefa simples, pois o conceito de turismo sustentável é um tanto problemático, como atesta o Instituto para a Pesquisa do Turismo e da Recreação da Universidade de Montana (Institute for Tourism and Recreation Research, 1998):¹

[...] a definição de turismo sustentável permanece imprecisa, mas tende a ser enfocada na integração da oportunidade econômica e social com a proteção ambiental e a melhoria da qualidade de vida.²

Essa imprecisão da definição de turismo sustentável abre caminho para muitas definições, o que faz com que nenhuma delas seja universalmente aceita, nem mesmo a oferecida pela Organização Mundial de Turismo (OMT), que, na verdade, fala de “desenvolvimento do turismo sustentável”.³ Não por acaso, Gonzales (apud OLIVEIRA, 2001⁴) acredita que:

Turismo Sustentável, frase de efeito e sem sentido, termo sexy da indústria nos anos 90, é um enigma. Sedutoramente atraente, na medida em que dá sentido ao papel do turismo no desenvolvimento econômico dos dias modernos, o conceito é difícil de ser colocado em prática. Na literatura corrente, há uma abundância de visões conflitantes a respeito de sua interpretação, relevância, aplicação e prática no mundo real. [tradução minha].⁵

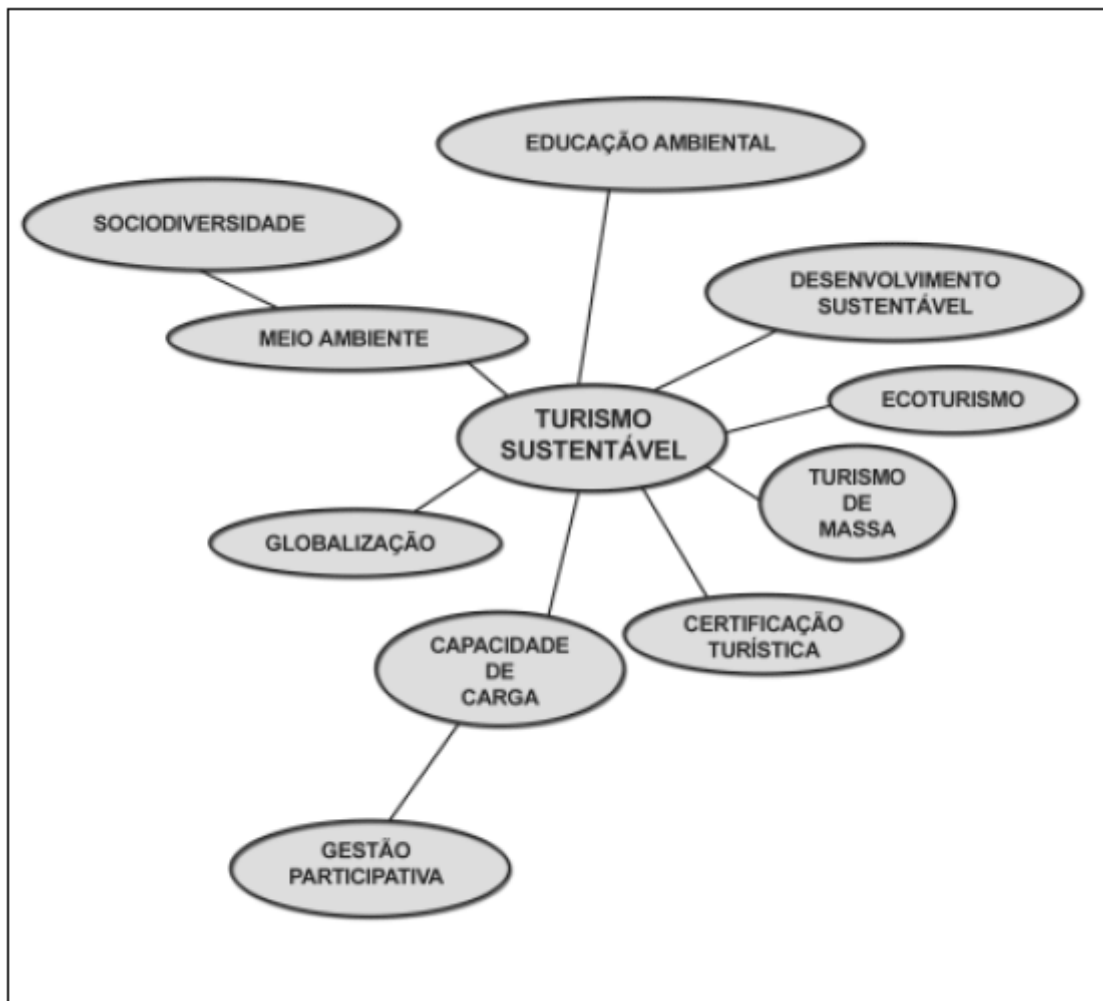
Talvez um dicionário técnico de turismo (MEDLIK, 1996)⁶ auxilie na busca por uma definição mais precisa de turismo sustentável:

Emergindo de conceitos de desenvolvimento sustentável, conforme foi definido, e.g. no relatório de 1987 da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, Nosso Futuro Comum (o Relatório Brundtland), o termo pode ser aplicado a todas as formas de turismo que estejam em harmonia com seus ambientes físico, social e cultural no longo prazo. Não confinado à pequena escala, como o turismo alternativo, o desenvolvimento do turismo sustentável pode ser visto nos termos do Relatório Brundtland como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a atividade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades. [tradução minha].⁷

Percebe-se que o dicionário acaba não fornecendo uma definição objetiva de turismo sustentável e, assim como a OMT, vincula a definição ao conceito de desenvolvimento e à preocupação com a satisfação de necessidades presentes e futuras, o que envolve a questão da conservação de recursos naturais e sociais. Sendo assim, faz-se necessária uma análise do conceito de turismo sustentável, o que é feito por meio de um mapeamento semântico na seção seguinte, para que se possa responder à pergunta que motiva a elaboração deste artigo (i.e. será que o turismo sustentável pode contribuir para desenhar um novo país?).

MAPA SEMÂNTICO DO TURISMO SUSTENTÁVEL

A falta de uma definição de turismo sustentável universalmente aceita não significa que não seja possível estabelecer um conceito operacional de turismo sustentável. O mapa semântico delineado logo abaixo revela as imbricações conceituais relevantes para uma discussão a respeito do conceito de turismo sustentável:



Ao olhar-se para esse mapa semântico, percebe-se, imediatamente, o número de elementos que irradiam a partir do elemento “turismo sustentável”, estabelecendo uma intrincada rede de relações. O conceito de desenvolvimento sustentável, que deu origem ao conceito de turismo sustentável, foi formalizado em 1987 no Relatório Brundtland (GONZALES, 1996):⁸

[...] desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades. [tradução minha] ⁹

Essa definição de desenvolvimento sustentável, entretanto, tem gerado controvérsias. E não é difícil entender as razões disso. O conceito de desenvolvimento, que perpassa o de turismo sustentável, é multifacetado, englobando aspectos de ordem econômica, social e ambiental. Contudo, SOUZA (2002)¹⁰ lembra que desenvolvimento é geralmente entendido como crescimento econômico e modernização tecnológica, e alerta para a necessidade de se evitar o reducionismo econômico que tem sido imposto ao conceito de desenvolvimento. Esse alerta é procedente na medida em que o crescimento econômico e a modernização tecnológica de um país não implicam necessariamente uma melhor distribuição da renda nacional nem a conseqüente melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos. Isso significa que o desenvolvimento econômico pode ser bom ou ruim – a questão é saber para quem ele é bom e para quem ele é ruim.

Após a criação do Fundo Monetário Internacional e do Sistema Monetário de Bretton Woods, em 1944, o modelo desenvolvimentista adotado pelos países capitalistas tem beneficiado principalmente os países desenvolvidos, que têm sido o destino da maior parte das riquezas naturais dos países em desenvolvimento. Nos moldes em que a divisão internacional do trabalho tem se constituído desde Bretton Woods, os países em desenvolvimento se especializaram na produção de matérias-primas e alimentos, enquanto que os países desenvolvidos têm cumprido o papel de fornecedores de produtos de tecnologia avançada e de capital financeiro. As conseqüências disso, para os países em desenvolvimento, são o uso descontrolado dos seus recursos naturais, o desequilíbrio sociocultural nas suas diversas populações e a sua dependência ao capital volátil das instituições financeiras internacionais.

Os impactos negativos que esse modelo desenvolvimentista tem causado na economia, na sociedade e no meio ambiente dos países em desenvolvimento, como o Brasil, passaram a preocupar muitas organizações e alguns governos de países ricos, fazendo surgir o conceito de desenvolvimento sustentável. Contudo, tal preocupação não tem caráter altruísta: os países ricos só passaram a se preocupar com a situação dos países em desenvolvimento ao tomarem consciência de que seu futuro está intrinsecamente vinculado ao presente dos países em desenvolvimento. Se as reservas de água potável se esgotarem, se as florestas atingirem um nível crítico de redução e se o efeito estufa se tornar mais do que uma previsão nefasta, a existência dos países ricos será igualmente ameaçada.

O planeta Terra é um todo indivisível, um grande sistema biológico e social, que apenas virtual e politicamente está dividido em regiões, de acordo com os interesses do modelo político-econômico dominante. O professor Milton Santos (2000) lembra o papel da globalização nesse processo de configuração política e econômica do planeta: Hoje, com a globalização, pode-se dizer que a totalidade da superfície da Terra é compartimentada, não apenas pela ação direta do homem, mas também pela sua presença política. Nenhuma fração do planeta escapa a essa influência. [...] Com a globalização, todo e qualquer pedaço da superfície da Terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas nesta fase da história.¹¹ SANTOS (2000)¹² considera a globalização, da forma como ela tem acontecido, perversa para os países em desenvolvimento, e sugere uma globalização mais humana. Essa preocupação com o humano, somada à preocupação com o meio ambiente, do ponto de vista biológico, não é recente. No século XIX, Friedrich Ratzel (apud CARVALHO, 2000), precursor da biogeografia, mostrava essa visão integradora, holística, a respeito do mundo:

A nossa ciência tem que estudar a Terra unida, como ela é, incluindo o homem; por isso não pode afastar-se do estudo da vida humana, e nem mesmo do da vida vegetal e animal. As mútuas relações existentes entre a Terra e a vida, que nela se produz e se desenvolve, constituem precisamente o nexa entre uma e outra e, portanto, devem ser especialmente consideradas.¹³

Por essas razões, o conceito de desenvolvimento deve ir além da idéia de desenvolvimento econômico e alcançar também a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, a qual se reflete nos seus índices de escolaridade, saúde, emprego e segurança. Portanto, neste artigo, desenvolvimento de um país é entendido como o crescimento econômico e a modernização tecnológica que propiciam à sua população uma melhoria do bem-estar social.

Uma outra razão para a controvérsia em torno do conceito de desenvolvimento sustentável encontra-se no modificador “sustentável”. Pode-se questionar se é realmente possível engendrar o desenvolvimento de um país de uma forma em que haja a conservação do meio ambiente¹⁴ e o respeito à sociodiversidade, refletida na conservação do patrimônio cultural de suas populações. Esse questionamento está presente no imaginário coletivo do mundo ocidental que tende a associar progresso e desenvolvimento com desflorestamento, poluição e ruptura da cultura de populações social e geograficamente excluídas.

O Protocolo de Kioto,¹⁵ a Eco 92¹⁶ e a Rio +10¹⁷ são eventos que demonstram o grau elevado de preocupação com a relação entre o desenvolvimento e a sustentabilidade, a qual tem tido presença constante na agenda de governantes e empresários em todo o mundo. Isso evidencia que, para muitos países, organizações e indivíduos, realizar o desenvolvimento sustentável não é apenas uma meta exequível, mas também necessária para a sobrevivência da raça humana.

Feitas essas considerações acerca do desenvolvimento sustentável, pode-se agora chegar a uma definição operacional de turismo sustentável: turismo praticado de uma forma que (1) promova a qualidade de vida das populações residentes no local de destino; (2) respeite a sociodiversidade da comunidade receptora, por meio da conservação da herança cultural das populações locais; e (3) conserve os recursos naturais e paisagísticos desse local.

Torna-se, assim, inevitável perguntar se o turismo de massa pode se encaixar no conceito de turismo sustentável, ou, colocado de outra maneira, se turismo sustentável só se aplica às práticas alternativas de turismo. Ora, o turismo de massa, do ponto de vista econômico, é a *raison d'être* da grande maioria dos empreendimentos turísticos. A receita elevada que a atividade turística pode proporcionar é o que faz governantes e empresários se interessarem em investir no turismo. Portanto, reduzir turismo sustentável a práticas alternativas de turismo, feitas em pequena escala, não é compatível com a visão do turismo enquanto estratégia de desenvolvimento. Entretanto, o turismo de massa pode, sim, adotar práticas sustentáveis. Afinal, o turismo de massa não produz impactos negativos no meio ambiente e na sociedade das comunidades receptoras somente pelo fato de ser turismo de massa: é a falta de planejamento que causa tais impactos. O planejamento turístico para um determinado destino pressupõe uma análise da sua capacidade de carga e a participação dos seus cidadãos no processo de tomada de decisões referentes às atividades turísticas a serem ali praticadas.

A capacidade de carga de um destino é entendida aqui como a quantidade de pessoas que esse destino pode receber durante um determinado período de tempo sem que haja interferência negativa no meio ambiente local, na comunidade receptora e na experiência do visitante (OLIVEIRA, 2001).¹⁸ Dessa forma, se não houver planejamento turístico que leve em consideração uma análise da capacidade de carga do destino, a atividade turística pode tornar-se predatória para a comunidade receptora, tanto do ponto de vista ambiental quanto cultural e social, e para o turista.

Um ponto que deve constar no planejamento turístico é a gestão participativa, uma estratégia fundamental para a prática sustentável do turismo, pois torna a comunidade receptora co-responsável pelas conseqüências que o turismo traz para ela. SANT'ANNA (2001) coloca essa questão com muita propriedade:

É importante lembrar que o sucesso de projetos de desenvolvimento local sustentável, aliás, depende da articulação e mobilização dos atores envolvidos localmente e da sua capacidade de pensar de forma integral e integrada, para que seus recursos produtivos sejam valorizados e transformados em vantagens competitivas efetivas.

Esta dinâmica de desenvolvimento local parece se tornar a única opção viável para os grandes investidores do turismo de massa, que começam a ter mais clareza dos riscos provenientes dos cinturões de pobreza que circundam grandes projetos já existentes.¹⁹

Além da gestão participativa, o planejamento deve incluir em sua agenda a educação ambiental. A maior justificativa para isso é o fato de uma comunidade receptora não necessariamente ter os mesmos desejos que os defensores do turismo sustentável têm em relação a essa comunidade. Nesse sentido, a educação ambiental tem o papel fundamental de conscientização a respeito da importância da conservação dos recursos naturais e paisagísticos do planeta e da conservação da herança cultural das diversas populações que formam as comunidades receptoras. O processo de educação ambiental deve idealmente ocorrer de forma

sistemática nas escolas e através dos meios de comunicação de massa para que todas as populações de um país sejam atingidas. Um mecanismo que está incentivando empresas a realizarem práticas sustentáveis é a certificação turística, que consiste na emissão de um certificado atestando que os produtos turísticos de uma empresa são social e ambientalmente responsáveis. A certificação turística e a educação ambiental podem se complementar: educando-se os turistas e os membros da comunidade receptora, eles exigirão práticas social e ambientalmente responsáveis por parte das empresas das quais compram produtos turísticos, o que levará as empresas a se interessarem pela certificação turística. Em junho de 2002, o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável passou a disponibilizar informações sobre o processo de certificação turística lançando o site www.turismosustentavel.org.br, evidenciando a existência de demanda por certificação turística aqui no Brasil. Um último ponto a ser abordado, em relação ao mapa semântico do turismo sustentável é o ecoturismo, já que parece haver uma tendência de se associar ecoturismo a turismo sustentável. Ecoturismo é o turismo praticado em pequena escala em áreas naturais, geralmente distantes das áreas de origem dos visitantes. Entretanto, o ecoturismo não é inerentemente sustentável: a atividade turística pode causar impactos negativos ao meio ambiente e à comunidade receptora, mesmo que o número de visitantes não seja muito grande. É interessante observar que, de acordo com Wall (apud OLIVEIRA, 2001),²⁰ o ecoturismo tende a se transformar em turismo de massa devido à busca por lucros em que se pautam as atividades econômicas capitalistas:

[...] o imperativo econômico sugere o crescimento na direção do turismo de massa, pois o crescimento econômico geralmente é a meta das áreas de destino, e as economias de escala tendem a ser perseguidas pelas operadoras de ecoturismo. [tradução minha] ²¹ Um caso que se encaixa nessa previsão de Wall é o da cidade de Lençóis, na Chapada Diamantina. Há três décadas, a quantidade de pessoas que a visitavam era pequena. Hoje Lençóis possui hotel de luxo e aeroporto que recebe aviões do porte dos boeings, símbolos inquestionáveis do turismo de massa. Do mapeamento semântico exposto até aqui, fica claro que turismo sustentável:

- (1) está intrinsecamente vinculado ao desenvolvimento sustentável, o que significa que deve ser visto como uma estratégia de desenvolvimento;
- (2) requer um planejamento que envolva os membros da comunidade receptora através de uma gestão participativa respaldada na educação ambiental;
- (3) contribui para a conservação do meio ambiente dos destinos turísticos;
- (4) contribui para a melhoria da qualidade de vida das populações residentes no destino visitado, respeitando a sociodiversidade desse local;
- (5) tem o conceito de capacidade de carga como princípio norteador;
- (6) não é a mesma coisa que ecoturismo;
- (7) não se aplica apenas às formas alternativas de turismo, mas também ao turismo de massa;
- (8) pode ser estimulado com a certificação turística.

Cabe, agora, abordar a questão apresentada no início deste trabalho: o turismo sustentável pode contribuir para desenhar um novo país? A resposta está na seção seguinte.

ARQUITETANDO UM NOVO PAÍS

Desde o começo dos tempos, a Terra vem sofrendo modificações e sendo redesenhada ininterruptamente por meio de fenômenos geológicos e da ação do ser humano. A interação entre o homem e a natureza tem participação ativa na arquitetura cultural e na arquitetura natural da Terra. Infelizmente, nos últimos 100 anos, essa relação do homem com a natureza tem causado mudanças não muito positivas: florestas são devastadas, contribuindo para a criação de desertos; rios e espécies de animais desaparecem; culturas são exterminadas. Os desenhos que surgem a partir dessas arquiteturas são exatamente o que instiga as pessoas a viajarem. Afinal, o que é o turista senão uma pessoa interessada por desenhos diferentes daqueles aos quais está acostumada? Quando decide ir à Disney, um adolescente brasileiro quer ver aquilo que não faz parte do desenho cultural brasileiro: tecnologia avançada colocada ao serviço do entretenimento; personagens que permeiam o imaginário infanto-juvenil, oriundos da banca de revista e das livrarias. Quando visita o Havaí, um brasileiro adulto, geralmente, está em busca de desenhos naturais diferentes dos existentes no Brasil: vulcões; praias de areia negra; praias com ondas gigantes.

Ao visitar um destino, o turista necessariamente interage com o espaço sociocultural e natural desse local, e, como um arquiteto, modifica as arquiteturas natural e cultural do destino, alterando seus desenhos. Se os impactos forem negativos, o desenho paisagístico pode ganhar um tom mais poluído com perda do verde e um pouco mais de realce no cinza. Além disso, o desenho cultural pode ficar mais distante daquele que os membros mais antigos da comunidade receptora nostalgicamente se recordam e tentam manter na memória de seus descendentes por meio de casos e histórias, que retratam um passado mais tranquilo, com menos pobreza e menos violência.

Nesse contexto metafórico da arquitetura, o turismo sustentável pode desempenhar um papel importante no redesenho cultural e natural de um país. Do ponto de vista cultural, o turismo sustentável pode contribuir para a conservação das heranças culturais das comunidades receptoras e para a melhoria da qualidade de vida das populações dessas comunidades, que têm o direito de optar pela forma de conservação da sua cultura. É por isso que um planejamento turístico que leva em consideração a gestão participativa é essencial para a sustentabilidade do turismo, haja vista a tecitura complexa da sociodiversidade em que se fundamenta o binômio comunidade receptora-visitante.

Do ponto de vista natural, o turismo sustentável pode ajudar a conservar o desenho paisagístico de um país ou a alterá-lo de forma racional e positiva, na medida em que o turismo sustentável busca respeitar a capacidade de carga de um destino. Conforme a seção anterior, a educação ambiental e a certificação são instrumentos importantes para dar ao turismo sustentável a régua e o

compasso necessários para que o desenho natural de uma comunidade receptora seja feito de forma consciente e positiva. A pergunta-tema deste artigo tem uma resposta positiva: o turismo sustentável pode contribuir para o desenho de um novo país. A concretização dessa possibilidade, no entanto, depende da vontade e do empenho dos agentes sociais, plasmados na figura dos órgãos oficiais de turismo, dos empresários, das populações das comunidades receptoras e dos turistas, no sentido de abraçarem a idéia de dar sustentabilidade ao turismo, levando em consideração os elementos apontados no mapa semântico da seção anterior. Talvez haja pessoas que não acreditem no turismo sustentável e o considerem uma utopia. E essas pessoas estão erradas e, ao mesmo tempo, certas: erradas por não acreditarem no turismo sustentável; certas por o considerarem uma utopia. Entretanto, utopia não deve ser vista de uma forma negativa, mas sim da forma como o geógrafo cultural COSGROVE (2000) a coloca:

A utopia é a parte da imaginação social dirigida ao futuro que desafia a tradição e busca a ruptura com o presente. Ao construir histórias e imagens de futuros possíveis, as utopias fornecem razão para a ação e para a mudança.²²

Assim, motivados pela utopia do turismo sustentável, os diversos agentes que constituem uma sociedade podem se tornar os arquitetos responsáveis em desenhar um país, escolhendo o que precisa ser rompido, mudado, e o que precisa ser conservado. E a ferramenta que eles usarão para esse redesenho é exatamente o turismo sustentável.

NOTAS

- 1 INSTITUTE FOR TOURISM AND RECREATION RESEARCH. Research Report 54. Montana: Universidade de Montana, 1998. [capturado em 02 out. 2002] Disponível: <http://www.mtnforum.org/resources/library/mccox98a.htm>.
- 2 Cf. o trecho original: [...] the definition of sustainable tourism has remained elusive, but tends to be focused on integration of social and economic opportunity with environmental protection and enhancement of quality of life.
- 3 Cf. o texto intitulado “What is sustainable development (ST)?”, da Sustainable Tourism Network, Disponível: <http://www.stn.info.com.np/info/default.asp>.
- 4 GONZALES, G. Sustainable tourism vs. ROI. Apud. OLIVEIRA, Luciano. English for tourism students. São Paulo: Roca, 2001. p. 72.
- 5 Cf. o trecho original: Sustainable tourism, the industry’s sexy buzzword of the ’90s, is an enigma. Seductively appealing as it makes sense of tourism’s role in modern day economic development, the concept is hard to put in practice. Current literature abound with conflicting views in respect to its interpretation, relevance, application and practice in the real world.
- 6 MEDLIK, S. Dictionary of travel, tourism and hospitality. 2. ed. Grã-Bretanha: Butterworth-Heinemann, 1996. p. 240-241.
- 7 Cf. o trecho original: Emerging from concepts of sustainable development, as defined, e.g., in the 1987 report of the United Nations World Commission on Environment and Development, Our Common Future (the Brundtland Report), the term may be applied to all forms of tourism which are in harmony with their physical, social and cultural environment in the long term. Not confined to smallscale, as alternative tourism, sustainable tourism development may be viewed in terms of the Brundtland Report as development that meets the needs of the present without compromising the activity of future generations to meet their own needs.
- 8 GONZALES, G. Sustainable tourism: the new paradigm. [capturado em 07 out. 2002] Disponível: <http://www.gonzales.com.sg/sustour.html>.
- 9 Cf. o trecho original: [...] development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs.
- 10 SOUZA, M. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento. In: RODRIGUES, A. (Org.) Turismo e desenvolvimento local. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 18.
- 11 SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 81.
- 12 Id. *ibid.*, 2001, p. 19-20.
- 13 Friedrich Ratzel Apud CARVALHO, M. (2000) Novos fundamentos para a biogeografia: a revolução biotecnológica e a cartografia dos mananciais de biosociodiversidade. Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidade de Barcelona, v. 17, n. 69, ago., 2000. p. 4. [capturado em 02 out. 2002] Disponível: <http://www.ub.es/geocrit/sn-69-17.htm>. p. 4.
- 14 Seguindo SANT’ANNA, D.; OLIVEIRA, M.; BERENSTEIN, S. Gestão participativa para um turismo sustentável: o caso da costa do descobrimento. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2001, p. 36, optou-se pelo conceito de conservação em detrimento do conceito de preservação pelo fato de este ser um “conceito rígido de manutenção estática da natureza” enquanto que, no conceito de conservação, “a natureza é transformada sob controle, levando em conta as necessidades humanas”.
- 15 O Protocolo de Kyoto é um instrumento para implementar a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Seu objetivo é que os países industrializados (com a exceção dos EUA que se recusam a participar do Acordo) reduzam (e controlem) até 2008-2012 as emissões de gases que causam o efeito estufa em aproximadamente 5% abaixo dos níveis registrados em 1990. [capturado em 19 fev. 2004]. Disponível: em http://www.wwf.org.br/participe/minikioto_protocolo.htm.
- 16 A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO 92, resultou em uma série de convenções, acordos e protocolos, alguns dos quais não foram efetivados pelos países signatários, como o Protocolo de Kyoto – destinado à redução da emissão de gases – e outros ratificados, como o da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Dos 175 países que assinaram a CDB, em 1992, no Rio de Janeiro, 168 confirmaram a sua disposição de respeitá-la. Dentre esses países, inclui-se o Brasil. [capturado em 19 fev. 2004] Disponível: <http://www.comciencia.br/reportagens/biodiversidade/bio06.htm>.
- 17 A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) foi realizada entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro de 2002 em Joanesburgo, África do Sul. O evento foi um encontro entre vários países que visavam a encontrar soluções para a degradação do meio ambiente e também a avaliar e a dar continuidade ao que foi proposto no último encontro, a Rio-92. O encontro é conhecido como ‘Rio+10’ porque aconteceu uma década depois da Conferência das Nações Unidas sobre Meio

Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) no Rio de Janeiro. O foco principal da Rio+10 foi a relação entre a sociedade e o meio ambiente. A Cúpula Mundial, organizada pelas Nações Unidas, contou com a participação de 190 países e reuniu milhares de participantes, incluindo chefes de Estado e de Governo, outras autoridades oficiais, empresários, representantes da sociedade civil e organizações não governamentais, para a assinatura de compromissos com a implantação do desenvolvimento sustentável. As decisões tomadas devem reforçar compromissos de todas as partes para que os objetivos da Agenda 21 sejam alcançados. A meta da agenda é abrir discussões sobre descobertas no setor ambiental (floresta, oceano, clima, energia, água potável) e nas áreas de Economia, de novas tecnologias e de globalização. [capturado em 19 fev. 2004] Disponível: http://www.ecoviagem.com.br/ecoreporter/def_ecoreporter.asp?codigo=3343.

18 OLIVEIRA, L. English for tourism students. São Paulo: Roca, 2001. p. 114.

19 SANT'ANNA, D.; OLIVEIRA, M.; BERENSTEIN, S. Gestão participativa para um turismo sustentável: o caso da costa do descobrimento. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2001. p. 37.

20 WALL, G. Ecological reserves and protected areas: the challenges of ecotourism. Apud. OLIVEIRA, L. English for tourism students. São Paulo: Roca, 2001. p. 79.

21 Cf. o trecho original: [...] the economic imperative suggests growth in the direction of mass tourism, for economic growth is usually a goal of destination areas and economics of scale are likely to be sought by ecotourism operators.

22 COSGROVE, D. Mundo de significados: geografia cultural e imaginação. In: CORRÊA, R.; ROSENDAHL, Z. (Org.) Geografia cultural: um século (2). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p. 51.

* Doutor e Mestre em Letras e Lingüística pelo Instituto de Letras - Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal da Bahia. Bacharel em Economia pela Universidade Federal da Bahia.

Artigo premiado em 2º lugar – Categoria Externa – do Prêmio Sesc-Senac de Turismo Sustentável, realizado em outubro de 2002.

E-mail: leoliveira@atarde.com.br.

TURISMO SOB A ÓTICA DA SUSTENTABILIDADE

Cristiane Alcântara de Jesus Santos*

Abstract

Discussion of sustainable development and the role of tourism has grown more intense over the last few years, with the activity of tourism becoming a key - and sometimes sole - factor in dynamizing and introducing regions and even countries to the map of spatial consumption. Accordingly, maintaining or even seeking sustainability has turned into a basic instrument for guiding tourist policies, planning and management based on economic efficiency, social equality and environmental conservation. This relies especially on the complementary nature of the public and private sectors, based in turn on the participation of citizens and aimed at promoting some bases for development.

Keywords: Sustainable Tourism; Sustainable Development; Economic Growth.

1. DA IDÉIA DE PROGRESSO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desde a Grécia Antiga, a idéia de progresso se constitui numa das matrizes civilizatórias do ocidente e implica num sentido de tempo que flui unilinearmente através do passado, presente e futuro, sempre como um avanço em relação à condição anterior, conferindo à situação presente, ou futura, um status inexoravelmente superior. Para NISBET¹ a idéia de progresso pôde sobreviver a situações adversas durante os seus 25 séculos de existência, tais como a pobreza das massas e as fomes, as guerras devastadoras, as depressões econômicas, as irrupções de tirania política e religiosa e assim por diante. Mas não pode sobreviver à perda de suas premissas essenciais que são: 1) crença no valor do passado; 2) a convicção da nobreza e da superioridade da civilização ocidental; 3) a aceitação do valor do crescimento econômico e tecnológico; 4) a fé na razão e em sua derivação através do conhecimento científico e acadêmico; e 5) a fé na importância intrínseca e no infável valor da vida.

Assim, a noção de desenvolvimento, formulada no pós-Segunda Guerra Mundial é vista como crescimento econômico e derivada da idéia de progresso. Revela-se como uma das idéias básicas da cultura moderna européia ocidental, baseada na lógica da dinâmica predatória do capitalismo, em que a natureza aparece com funções bem específicas, como gerar todos os materiais utilizados no processo produtivo, e ainda, após o seu uso, absorver os resíduos que retornam ao ecossistema em forma de contaminantes.

Esta lógica de crescimento econômico apresenta seus limites na medida em que compromete o bemestar das gerações futuras ao levar ao esgotamento de recursos (por exemplo, recursos energéticos fósseis); além de exigir dos ecossistemas um nível acima de sua capacidade de regeneração e assimilação provocando a crise ambiental e como consequência, a crise econômica global.

Desde 1972, quando o Clube de Roma publicou o relatório “Limites do Crescimento”² denunciando que o crescente consumo mundial ocasionaria um limite de crescimento e um possível colapso, já atentava para a preocupação com as principais tendências do ecossistema mundial, extraídas de um modelo global articulando cinco parâmetros: industrialização acelerada, forte crescimento populacional, insuficiência crescente da produção de alimentos, esgotamento dos recursos naturais não-renováveis e degradação irreversível do meio ambiente.

Sintetizando suas conclusões, o relatório previa que mantido o ritmo de crescimento, os alimentos e a produção industrial iriam declinar até o ano 2010 e, a partir daí, provocar automaticamente uma diminuição da população por penúria, falta de alimentos e poluição. Neste sentido, a crise do petróleo de 1973 veio a constituir-se em importante fator suplementar de alimentação do debate em torno da temática da escassez e esgotabilidade dos recursos naturais e da necessidade de humanização do crescimento, através de mudanças quantitativas e principalmente qualitativas do processo.

As previsões contidas no relatório geraram todo tipo de reações. TURNER (1987)³ construiu uma tipologia para as distintas visões sobre o meio ambiente que se destacaram no debate mundial a partir dos anos 1970:

Tecnocentrismo extremado: nesta visão, privilegia-se o livre funcionamento do mercado, conjugado à inovação tecnológica. Minimizando as previsões do relatório e assegurando infinitas possibilidades de substituição dos fatores de produção, evitando a escassez em longo prazo dos recursos naturais.

Tecnocentrismo complacente: não encampam as teses dos extremados (solução de mercado), mas acreditam que se possa conciliar crescimento econômico com equilíbrio ecológico desde que sejam adotadas certas regras de planejamento/ gerenciamento do uso dos recursos naturais;

Ecocentrismo socialista: visão preservacionista que considera necessárias certas restrições ao crescimento econômico em face dos limites físico-sociais, em que um sistema econômico-social descentralizado é visto como imprescindível para garantir a “sustentabilidade”.

.. Ecocentrismo extremado: visão preservacionista radical balizada pela adoção da chamada “bioética”.

A reação mais forte a “Limites do Crescimento”, segundo TURNER,⁴ partiu dos tecnocratas, os quais explicitaram a deficiência dos dados empíricos do modelo, que afinal, 30 anos depois, mostraram-se pessimistas. Além disso, os tecnocratas demonstravam também sua confiança extremada no tratamento agregado e a ausência de mecanismos compensatórios, negligenciando os ajustes via preços e os processos de substituição dos fatores produtivos a eles relacionados.

Por outro lado, a reação da Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada também em 1972, baseada nas constatações do relatório Meadows gerou a Declaração sobre o Ambiente Humano e produziu um Plano de Ação Mundial, com o objetivo de influenciar e orientar o mundo na preservação e melhoria do ambiente humano. As grandes preocupações, dentre elas a poluição e a questão da chuva ácida na Europa levaram a Conferência de Estocolmo a reflexão, de forma mais ampla, das questões políticas, sociais e econômicas envolvidas, “...onde as recomendações passaram a ser mais realistas e mais próximas da vida e da qualidade da vida humana”.⁵

Como resultado deste evento foi criado o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas – UNEP, encarregado de monitorar o avanço dos problemas ambientais no mundo. Ato contínuo que gerou a proliferação de acordos e conferências temáticas internacionais, como por exemplo, a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Fauna e Flora Silvestres (em 1973) e o Programa Internacional de Proteção a Produtos Químicos (em 1980), estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), UNEP e Organização Internacional do Trabalho (OIT), com o objetivo de avaliar os riscos causados à saúde humana e ao meio ambiente.

Desta forma, a década de 1970 marca o rompimento do círculo virtuoso de crescimento da economia mundial desde o pós-guerra, lançando dúvidas sobre a validade dos instrumentos políticos disponíveis para a regulação das relações econômicas internacionais, assim como os mecanismos internos de promoção do desenvolvimento. Junto a isso, a situação de pobreza em que se encontra a maior parte da população mundial revela que o estilo de desenvolvimento também é insustentável do ponto de vista social (falta de acesso à educação, à saúde e à água tratada) e humano (fome, desnutrição). Dessa maneira, a crise ambiental, entendida como crise geral do acesso e rentabilidade dos recursos, coloca em xeque o modelo de desenvolvimento vigente, isto é, desenvolvimento calcado na exploração irracional e predatória dos recursos naturais e moldado em relações sociais de produção injustas e excludentes.

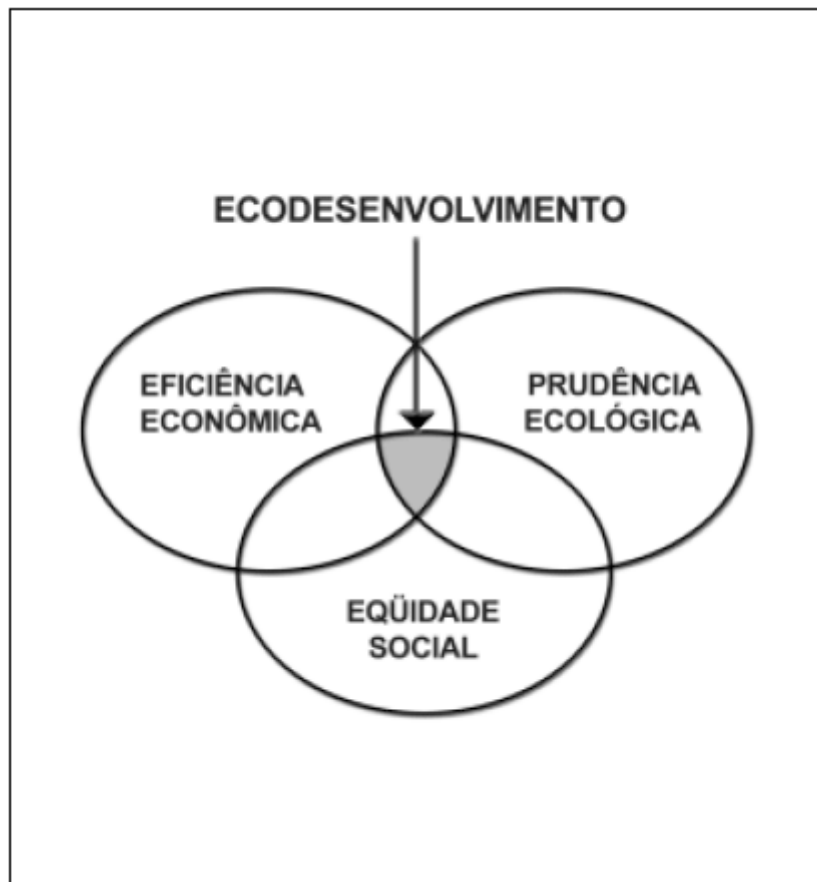
Os questionamentos formulados pelos movimentos sociais – ambientalistas ou ecologistas⁶ –, governos e comunidades científicas acerca da falência desse modelo apontam para a necessidade de se buscar um outro desenvolvimento que seja mais racional, mais eficiente, mais harmônico social e ambientalmente. Dessa maneira, abrem-se áreas de diálogo entre a economia e ecologia procurando conciliar a preservação da natureza com a manutenção do processo de crescimento econômico, institucionalizando-se a questão ambiental. Surge, a partir dessa nova lógica, novas formulações que passam a se denominar de desenvolvimento sustentado ou durável, fundido inicialmente na noção de ecodesenvolvimento que muitos autores erroneamente o tratam como um conceito base para a construção da noção de desenvolvimento sustentável.

A idéia de crescimento sustentado que foi difundida no pós-guerra passa a denominar-se desenvolvimento sustentado referindo-se à reprodução do ambiente em seu sentido mais amplo, portanto, contendo a reprodução das sociedades e propondo que a indústria seria o setor capaz de conduzir todo o conjunto da economia dos países de desenvolvimento tardio, garantindo sustentação ao crescimento econômico. A concepção básica desta proposta está na mudança do eixo dinâmico da economia do setor agrário-mercantil para o setor urbano-industrial, garantindo a formação de uma base produtiva interna capaz de dar movimento próprio às economias nacionais.

Essa foi a tendência que norteou os planejamentos territoriais no final da década de 1970, quando se vislumbram as possibilidades de “desenvolvimento endógeno” e políticas de desenvolvimento local numa tentativa de incrementar o potencial das regiões menos desenvolvidas e inseri-las num contexto econômico mais significativo do ponto de vista da produção, circulação e acumulação.

Este fato esbarrou nas limitações naturais e/ou ecológicas, colocando a persistência da pobreza e o desafio da geração de emprego e renda como fator preponderante para efetivação de qualquer política de desenvolvimento territorial. Esta idéia de crescimento entra em crise em escala global no início dos anos 1980, seguindo o esgotamento do fordismo como modo de regulação, onde havia um círculo virtuoso entre o aumento da produção e o crescimento do consumo em massa que desestabilizava qualquer tentativa de manutenção dos recursos ambientais necessárias ao desenvolvimento.

Por outro lado, novas tentativas de se repensar o futuro foram postas por Maurice STRONG⁷ quando lança o conceito de ecodesenvolvimento que consiste em um estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro Mundo, baseado na utilização criteriosa dos recursos locais, sem comprometer o esgotamento da natureza, pois nestes locais ainda havia a possibilidade de tais sociedades não se engajarem na ilusão do crescimento mimético. Na década de 1980, Ignacy SACHS⁸ se apropria do termo e o desenvolve conceitualmente apresentando-o como uma proposta de resgate da racionalização completa, o que inclui o respeito aos próprios limites da razão, buscando um equilíbrio entre as diferentes lógicas do social, do econômico e do ecológico. Dessa maneira, SACHS⁹ imprime ao desenvolvimento as noções de durável ou viável a partir de um enfoque que responde a três critérios fundamentais: a) a primazia da equidade social; b) respeito às regras e prudência ecológica; e c) eficiência econômica.



A operacionalidade do ecodesenvolvimento proposto por SACHS¹⁰ baseia-se na necessidade do amplo conhecimento das culturas e ecossistemas; além de sugerir o pluralismo tecnológico como esquema mais conveniente, envolvendo tanto a tradicional tecnologia de mão-de-obra intensiva como a de capital intensivo, aproximando-se dos princípios do desenvolvimento endógeno. O desafio dessa proposta é aliar os três segmentos para manutenção da regulação econômica e, como consequência, proporcionar a retomada do crescimento, propondo, ao contrário de outras visões, um teto médio de consumo material entre todos os países.

De acordo com a evolução da problemática econômica e o deterioramento das políticas regionais e nacionais, a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas cria a expressão “desenvolvimento sustentável”, que começou a circular efetivamente no final da década de 1980, a partir da publicação do Relatório Nosso Futuro Comum, ou Relatório Brundtland, e originalmente significa um “desarrollo que satisfice las necesidades del presente sin comprometer la capacidad de las generaciones futuras para satisfacer las propias”.¹¹ Ao longo do tempo, a definição de desenvolvimento sustentável sofre múltiplas derivações e interpretações, tomando-se concepção política, instrumento administrativo e conceito em inúmeras discussões e documentos. A Declaração do Rio12 sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, assinada pela maioria dos governos do mundo em 1992, visa ao desenvolvimento sustentável no sentido de “estabelecer uma nova e equitativa parceria global, mediante a criação de novos níveis de cooperação entre estados, setores sociais estratégicos e populações, (...) reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra”.

Em seu princípio, a Declaração do Rio, acentua que os seres humanos são o centro de preocupação do desenvolvimento sustentável, como forma de criar uma situação de esperança de “bem-estar social”, enquanto grande parte da população deste planeta vive em condições que estão longe de ser descrita por essa expressão.

A maior parte da literatura sobre Desenvolvimento Sustentável encontra-se dividida entre encontrar uma definição mais adequada para o termo e à busca de catalogar suas ambigüidades e abrangências. Segundo REDCLIFT¹³ “é justamente na vagueza do discurso que reside o seu ponto forte”, pois nestes últimos dez anos a idéia de desenvolvimento marca em sentido amplo o nível da modernidade, proporcionando a reunião de posições políticas e teóricas contraditórias e até mesmo opostas.

Portanto, a adoção do desenvolvimento sustentável como nova matriz discursiva, por ocasião da Eco-92 foi um ponto de inflexão no processo de diálogo entre desenvolvimento e meio ambiente. A partir daquele momento é posto de lado o debate ambientalista ou ecológico da década de 1960 e 1970 do século passado, assim como foram colocados em segundo plano tanto os que advogavam o crescimento zero (neomalthusianos), como os marxistas. Embora as contradições acerca do termo desenvolvimento sustentável¹⁴ persistam, a hegemonia desse conceito, a partir desse momento, passa a sinalizar não apenas onde se dá a problemática? e incorpora mais duas questões: a) quais os seus termos? e b) como conseguir desenvolver-se com equidade social, econômica e ecológica?

2 - DESENVOLVIMENTO, TURISMO E SUSTENTABILIDADE

A temática do Turismo vem sendo discutida por várias ciências, ora adquirindo um caráter de “produto” ora como uma atividade

tipicamente econômica, sendo que neste trabalho o turismo será analisado dentro da sua espacialidade e que deve ser entendido como condicionante econômico, social, político e cultural e não ser visto apenas como um produto das relações sociais.

A categoria geográfica espaço se insere nessa discussão, uma vez que as atividades culturais, econômicas e de lazer, onde se incluem as várias formas de turismo, têm contribuído para gerar mudanças espaciais necessárias de suporte à nova função.

Nos últimos anos, o turismo tem sido concebido como um fator-chave – às vezes o único possível – para dinamização das regiões menos desenvolvidas e áreas marginais no Brasil e no mundo.

A perspectiva de inserção de novos espaços na economia do turismo aliado a todo conjunto de atividades atrativas complementares tem instrumentalizado os diversos agentes (públicos e privados) que através dos mais variados mecanismos como: planos de desenvolvimento, programas regionais e ou locais têm elaborado políticas regionais e setoriais que visam colocar em marcha o desenvolvimento local e incluir estes espaços no circuito econômico do consumo do turismo.

O significado do turismo adquire sem dúvida uma nova dimensão frente à diminuição da função produtiva tradicional – a agrária – dos espaços rurais, “perdendo a condição de marginalidade no contexto dos parâmetros de rendimento e eficácia da produção”;¹⁵ ante a nova valorização social dos espaços singulares, naturais, etc., cuja raridade induz à atração e a frequência potencial devido à sensibilidade ambiental e conservacionista que caracteriza a sociedade da mudança do século.

Com a globalização, um novo cenário turístico é formado e interpretado como a fase pós-fordista do turismo caracterizada pela produção flexível do ócio. As características do novo paradigma turístico são a globalização dos mercados, a grande segmentação da demanda, as economias de escala nas atividades turísticas, as novas tecnologias disponíveis, a exigência de sustentabilidade do meio ambiente e social e a generalização espacial do turismo a partir de uma maior interação das áreas anteriormente consideradas como marginais a esse processo.

Sem dúvida, este novo cenário do turismo exige novos conteúdos e novas formas de gestão pública, uma nova política turística. Essa nova política turística requer a atuação conjunta e coordenada dos setores público, privado e voluntariado que facilite a consecução da competitividade através da qualidade e da eficiência.

Os debates acerca da manutenção da atividade turística como fonte principal e real dessas áreas antes consideradas marginais ao desenvolvimento apregoam a necessidade de que o turismo se caracterize por uma valorização do aspecto econômico, da justiça social e da sustentabilidade ecológica. Este discurso deve promover as grandes mudanças nos perfis de renda e ocupação da população por ele atingida, direta e indiretamente. Isso porque os programas ou planos de desenvolvimento do setor perpassam por um processo integral, global e participativo, sendo essencial que todos estejam sensibilizados para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável.

De fato, no início da década de 90 foram produzidas uma série de formulações a fim de concretizar os princípios básicos da sustentabilidade em relação ao turismo. A Agenda 21 para o setor de viagens e turismo publicada em setembro de 1995 pela OMT (Organização Mundial do Turismo)¹⁶ define o turismo sustentável como aquele que satisfaça às necessidades dos turistas e das populações receptoras atreladas à conservação do patrimônio.

Os impactos da atividade turística, sejam eles positivos ou negativo, são visíveis em várias partes do mundo fruto da expansão do chamado Turismo de Massa.

“O turismo como fenômeno de massa consolida-se a partir da segunda metade do século XX. Esse crescimento reflete-se na dimensão econômica que a atividade turística passa a assumir na economia mundial”.¹⁷ O crescimento desse tipo de turismo produziu uma série de impactos que se manifestaram de forma mais evidente nos últimos anos.

É certo que esses impactos não podem exceder os limites aceitáveis para uma boa planificação e desenvolvimento sustentável do turismo e podem ser evitados e/ou controlados a partir de medidas administrativas bem fundamentadas e aplicadas por cada um dos atores que intervêm no desenvolvimento do turismo.

Nas duas últimas décadas do século passado, a concepção de turismo assume um novo contexto devido à necessidade de implementar modelos de desenvolvimento sustentável que apontem para a compatibilidade do desenvolvimento econômico e a conservação dos recursos naturais e culturais visando à equidade e a justiça social.

Essa nova concepção calcada no desenvolvimento sustentável propõe pressupostos que divergem do atual modelo de desenvolvimento econômico para o turismo chamado de “indústria do turismo”, sobretudo no que diz respeito à demanda social.

Esse termo “indústria do turismo” ou como também é conhecido “indústria sem chaminé” surgiu quando o turismo passou a ser considerado a grande estratégia econômica do fim do século. A atividade turística relacionava-se com o setor empresarial, sobretudo com os aspectos de promoção e definição de políticas e estratégias, onde não se levava em conta os danos, às vezes, irreversíveis ao meio ambiente, às comunidades locais e ao patrimônio.

Com base na nova discussão de sustentabilidade PRATS¹⁸ define quatro fatores essenciais para o desenvolvimento da atividade turística com a perspectiva da sustentabilidade:

- a) a compatibilidade do turismo com a capacidade de carga do sistema natural, econômico e social, ou seja, a adaptação do processo de desenvolvimento das necessidades do mercado, prevenindo os riscos e preservando os recursos naturais, além de favorecer a evolução da estrutura econômica local;
- b) a integração do turismo com o desenvolvimento econômico local a partir da renovação de setores tradicionais da economia e estimulando a criação de novos setores;
- c) a inserção do turismo no sistema de planificação estratégica centrada no desenvolvimento local; e,
- d) a gestão integrada e participativa do desenvolvimento turístico local calcado na ampla e rigorosa participação dos agentes sociais e da própria população local.

A partir desses quatro fatores, entendemos que o fenômeno do turismo em sua enorme complexidade materializa-se territorialmente através das relações sociais inerentes ao seu processo, atenuando novas feições urbanísticas e novas demandas à conceituada segunda natureza, empreendida pelo trabalho social atrelada ao envolvimento das populações locais no sentido de

promover uma inserção não apenas simbólica e caricaturada, mas com o intuito de se pensar a sustentabilidade das atividades como forma de garantir a fixação, o emprego e a geração de renda nos espaços turísticos.

Com esse entendimento de que o turismo desencadeia um conjunto de outras atividades atrativas, resultantes de diversas ingerências formais e informais, influenciados cada vez mais pela incorporação de empreendimentos públicos e privados (fixos) e que proporcionam uma ampliação econômica e estrutural do setor é possível propor novas possibilidades de oferta de bens e serviços que promovam o desenvolvimento sócio-cultural e econômico da população diretamente envolvida.

Neste sentido, o desenvolvimento sustentado ou sustentável pode ser abordado em múltiplas escalas ou a partir da interação dos diversos níveis, desde que hajam problemas a serem resolvidos para viabilizar a regulação capitalista.

Segundo Manfred Max-Neef¹⁹ o desenvolvimento a escala humana é possível, desde que as necessidades humanas sejam enfocadas sistematicamente e não linearmente. A única maneira de possibilitar a sustentabilidade reside na conjugação do crescimento econômico com a salubridade social e crescimento pessoal, através da ampliação do processo educativo – conscientização – que combine as sinergias locais e a eficiência global.

3 - E PARA NÃO CONCLUIR...

O caráter ambivalente do turismo pode gerar vantagens no âmbito econômico ao passo que pode ser corrosivo sócio-culturalmente, além de contribuir para a degradação ambiental e a perda da identidade local.

Assim, todos os agentes de desenvolvimento turístico (associações profissionais, empresas, trabalhadores do setor, organizações não governamentais, as comunidades receptoras, os turistas e outros organismos do setor turístico) têm o dever de proteger o meio ambiente, os recursos naturais e culturais na perspectiva de um crescimento econômico constante e sustentável que seja capaz de satisfazer as aspirações presentes e futuro.

Para que o turismo sustentável possa desenhar um novo país é necessário impulsionar um turismo que seja responsável e esta tarefa deve ser desenvolvida pelo poder público e privado e pelos agentes sociais envolvidos. Essa responsabilidade baseia-se em três pontos fundamentais:

1. responsabilidade econômica e social por parte do governo e das empresas que instalam empreendimentos turísticos, a fim de impulsionar o desenvolvimento econômico protegendo a comunidade local da sobre-comercialização e da sobreexploração;

2. responsabilidades das comunidades receptoras no que diz respeito à segurança, a garantia de proteção dos turistas e a prática do desenvolvimento sustentável em relação a sua participação nas atividades turísticas;

3. por fim, a responsabilidade do turista em respeitar os costumes, as culturas e o meio ambiente do lugar visitado. O turista deve vislumbrar o intercâmbio de culturas.

Neste sentido, urge a necessidade de se colocar em prática uma Agenda 21 Local como ferramenta de suma importância para o planejamento do turismo sustentável, uma vez que permite um aprofundado conhecimento das condições naturais, sociais e econômicas ligadas ao turismo através de um diagnóstico amplo que, conduz a definição de objetivos e planos de ação que possibilitam a concretização de um turismo centrado nos princípios do desenvolvimento sustentável.

Assim, acreditamos que a partir da Agenda 21 Local torna-se possível observar se o desenvolvimento do turismo em determinada localidade será suportável ecologicamente, viável economicamente e equitativo na perspectiva da justiça social das comunidades locais para enfim contribuir para o novo desenho social e econômico de um país.

NOTAS

1 NISBET, Robert A. História da idéia de progresso. Brasília: Ed da Universidade de Brasília, 1985.

2 MEADOWS, D. L.; MEADOWS, D. H.; RANDERS, J. et al. Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva. 1972.

3 TURNER, R. Sustainable global future: common interest, interdependency, complexity and global possibilities. Futures, London, v. 19, nº 5, 1987. 4 Id. ibid.

5 MAIMON, D. Ensaio sobre economia. Rio de Janeiro: APED, 1992. p. 21.

6 Entendemos aqui ecologistas como defensores das causas ambientais e não como cientistas ligados a um ramo da biologia.

7 Maurice Strong ao lançar o conceito de ecodesenvolvimento em junho de 1973 já prevê a possibilidade de esgotamento da natureza, tanto nas zonas rurais como nas cidades do Terceiro mundo, passando a ser o fundamento básico da discussão da reunião de Cocoyoc no México, em 1974.

8 SACHS, Ignacy. Quelles régulations pour un développement durable. Revue Écologie et Politique, Paris, n. 15, 1995.

9 Id. ibid.

10 Id. ibid.

11 WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. Our Common future. New York: Oxford University Press, 1987.

12 Em junho de 1992 realizou-se, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Eco-92, como ficou conhecida –, da qual participaram aproximadamente 35.000 pessoas, com a presença de 106 chefes de governo, quando discutiram as possibilidades do desenvolvimento futuro para a humanidade.

13 REDCLIFT, M. The multiple dimensions of sustainable development. Geography, New York, v. 76, 1991, p. 36. 14 Uma leitura sobre a contradição do termo “Desenvolvimento Sustentável” pode ser assim apresentada: O “desenvolvimento” carrega uma noção econômica: crescimento dos meios de produção, das forças produtivas, geração de emprego e renda. Já o termo sustentável dispõe do “sentido” originário da ecologia, cuja significação passa por estabilidade e homeostase. Em vista destas noções,

poderíamos considerar o termo “desenvolvimento sustentável” como um oxímoro (noções opostas contidas numa expressão).
15 CALS, J.; CAPELLA, X ; Vaqué, E. Gestió pública del turismo: manual per a les administracions locals de les zones d’interior. Barcelona: Fundació Carles Pi I Sunyer. 1995.

16 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Agenda 21 para el sector de viajes y turismo. Madrid, 1995.

17 ANDRADE, José Roberto de Lima. Uma contribuição à análise econômica da demanda por turismo. São Paulo, 2002. (Tese de Doutorado). ECA/ USP, 2002.

18 PRATS, F. Calvià: Agenda Local 21. Ajuntament de Calvià: Calvià, 1996.

19 MAX-NEEF, Manfred. Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y reflexiones. Montevideo: Nordan-C, 1998.

*Geógrafa. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Doutoranda em Geografia Humana pela Universidad de Barcelona – Espanha.

Artigo premiado em 3º lugar – Categoria Externa do Prêmio Sesc-Senac de Turismo Sustentável, realizado em outubro de 2002.

E-mail: cristie09@uol.com.br.

TURISMO SUSTENTÁVEL: OPORTUNIDADE DE EMPREENDEDORISMO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Eduardo Mazzaferro Ehlers*

Abstract

One of the paramount challenges of the 21st century is unquestionably to reconcile economic growth and environmental conservation. This is already taking place in some areas of the state of São Paulo, where enterprises that depend on benefiting from natural resources - in particular the various types of rural tourism - are already superseding activities that spoil the environment. In such territories - which this article calls conservationist zones - nature is no longer an obstacle, but rather the major trump card to economic growth.

Keywords: Eco-Tourism; Social Function; Sustainable Development; Social Change; Environmental Education.

INTRODUÇÃO

O inquestionável compromisso com “desenvolvimento sustentável”, que se firmou a partir do final dos anos 1980, é uma clara manifestação de que se tornou imprescindível encontrar um modo menos destrutivo de crescimento econômico. Mas seria ilusório acreditar numa brusca guinada da estrutura institucional que foi sendo sedimentada durante os três últimos séculos. Ainda mais num momento da história em que a luta contra o desemprego induz à busca desenfreada por qualquer fórmula que possa favorecer o crescimento das economias nacionais (BAIROCH, 1997 apud VEIGA, 2000).¹

Em tais circunstâncias, em vez de uma completa reorientação do processo de crescimento econômico, a busca da sustentabilidade parece depender muito mais do estímulo à simultânea retração de atividades que degradam o ambiente e do crescimento das que o conservam. Para que isso aconteça, é necessário que as últimas sejam mais vantajosas que as primeiras, o que requer a combinação de vários tipos de intervenções públicas de estímulo e dissuasão. O problema é que, tradicionalmente, as ações públicas são limitadas à criação e manutenção, muitas vezes deficitárias, de parques, reservas, estações ecológicas etc. Raramente essas intervenções têm como estratégia o financiamento de outras ações conservacionistas ou de iniciativas que estimulem um tipo de empreendedorismo capaz de gerar empregos e conservar a biodiversidade (VEIGA, 2000).²

É neste contexto que se insere a questão central discutida neste artigo: existem estratégias que permitam conciliar crescimento econômico e conservação ambiental? Em geral, predomina a visão segundo a qual a natureza é um obstáculo que deve ser removido para dar lugar ao progresso e ao desenvolvimento. Entretanto, discute-se a hipótese de que os empreendimentos que dependem diretamente do aproveitamento econômico do patrimônio natural, particularmente as diversas modalidades de turismo no meio rural, permitem conciliar crescimento econômico e conservação ambiental. O efeito desses empreendimentos para o desenvolvimento tende a se ampliar quanto maior for a sua concentração em determinados territórios, é justamente o que vem ocorrendo em algumas regiões do País denominadas neste artigo como pólos conservacionistas.

1. PATRIMÔNIO NATURAL: TRUNFO OU OBSTÁCULO AO DESENVOLVIMENTO?

O ideal de desenvolvimento das regiões rurais sempre esteve muito mais associado à sua capacidade de “urbanização” do que à valorização de seus recursos naturais e culturais. Predomina a visão de que só permanecerão rurais as regiões que não conseguirem se desenvolver. Entretanto, o que vem ocorrendo em algumas regiões rurais de vários países é justamente o contrário, isto é, a valorização do patrimônio natural e cultural tem funcionado como um dos principais indutores da dinamização e do desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2000).³

As causas desse “renascimento” de algumas regiões rurais são ainda pouco conhecidas, mas, certamente, não estão relacionadas à tradicional divisão setorial que associa o rural ao agrícola. William Galston e Karen Baehler (1995)⁴ identificaram três fases de desenvolvimento do meio rural norte-americano. Na primeira, a principal vantagem comparativa das regiões rurais era a possibilidade de exportar produtos primários, principalmente agrícolas, para os centros urbanos. O essencial era poder expedir para as cidades um volume crescente de mercadorias primárias: alimentos, fibras, madeira, minérios e energia. A segunda fase foi marcada pela transformação local desses bens antes de exportá-los às cidades, permitindo uma agregação de valor capaz de gerar muito mais empregos do que as atividades primárias (VEIGA, 1999).⁵

A terceira fase identificada por Galston e Baehler – a qual não exclui a ocorrência concomitante das fases anteriores – tem início por volta dos anos 1990, quando se intensificam as atividades ligadas à exploração das “amenidades” presentes no meio rural: a paisagem, o ar puro, a água limpa, o silêncio. As amenidades são heranças naturais ou culturais passíveis de serem apreciadas pelo seu valor estético, emocional ou, simplesmente, pela sua existência (GALSTON e BAEHLER, 1995).⁶ Além dos aspectos éticos e afetivos, a possibilidade de relacionamento com as amenidades presentes no meio rural vem se tornando uma das mais promissoras fontes de geração de renda nos Estados Unidos (ABRAMOVAY, 2000).⁷

A vantagem comparativa de uma área rural em garantir sua sobrevivência por meio da exportação de commodities obviamente não desapareceu por completo, mas sua importância vem caindo lentamente. A dinamização econômica de uma região rural começou a

ser muito mais determinada pela captação de rendas urbanas que se transferem pela freqüente estadia de famílias que constroem segundas residências (chácaras de lazer, casas de veraneio), pela significativa imigração de aposentados, pela presença sazonal de famílias em férias, e pelas visitas dos mais diversos tipos de turistas, ecoturistas, esportistas, congressistas etc. (VEIGA, 2002).⁸

Ou seja, o dinamismo econômico do meio rural está cada vez mais atrelado à capacidade de explorar as amenidades presentes em territórios que puderam evitar ou impedir a degradação de seus patrimônios natural e cultural. As regiões rurais que hoje apresentam os maiores índices de desenvolvimento são as que fazem parte dessa terceira geração, e não as que apostaram nas passageiras vantagens comparativas de atividades primárias e industriais. A explicação para o dinamismo dessas regiões é bastante óbvia: o setor de serviços continua a expandir oportunidades de trabalho e de geração de renda enquanto a agropecuária e a indústria só diminuem o emprego de trabalho (VEIGA, 2002).⁹

No Brasil, a estratégia de ocupação do meio rural continua sendo essencialmente setorial, amparando-se na maximização da competitividade do chamado agribusiness (VEIGA, FAVARETO, BETTENCOURT et al., 2001).¹⁰ Mas já há indícios de que o meio rural brasileiro está passando por profundas transformações nas últimas duas décadas. Além da agropecuária e da agroindústria, vem ganhando novos tipos de ocupação, principalmente em função do crescimento das diferentes modalidades de turismo e de lazer nos feriados e nos finais de semana (SILVA, 1997).¹¹

Isso não significa, porém, que qualquer forma de exploração do turismo no meio rural possa ser considerada “sustentável” ou benéfica ao ambiente. No estado de São Paulo 61 municípios são considerados estâncias, sendo: 15 estâncias balneárias, 10 climáticas, 13 hidrominerais e 23 turísticas. As estâncias assumem o compromisso público de conservar seus atrativos históricos, artísticos, religiosos, seus recursos naturais ou paisagísticos, além de propiciar condições para atividades de lazer. Entretanto, analisando-se especificamente a variação da cobertura florestal nessas estâncias – um dos principais atrativos turísticos – os resultados são desanimadores. Apenas sete, dentre 61 estâncias, conseguiram ampliar a cobertura florestal Atlântica no período de 1990 a 1995, 28 mantiveram os mesmos níveis e 25, ou 41% dos municípios, tiveram suas florestas reduzidas em aproximadamente 2.200 hectares. A situação que mais chama a atenção é a das estâncias turísticas: das 25 existentes no Estado 13, ou 52%, perderam cobertura florestal.

Se as estâncias paulistas, principalmente as turísticas, não estão conseguindo manter sua cobertura florestal, pode-se supor que nos municípios nos quais as atividades de ecoturismo vêm crescendo a situação é bem distinta. Afinal, esta prática pressupõe o contato direto com a natureza e, portanto, a sua conservação. A literatura traz diversas evidências que, ao contrário do chamado “turismo de massa”, as distintas modalidades de turismo no meio rural, as chácaras de lazer, o agroturismo, o turismo de aventura e, particularmente, o ecoturismo, são muito mais sustentáveis. É o caso do agroturismo, que estimula mudanças de atitudes dos proprietários em diversas ações de manejo da propriedade, como aquelas relacionadas à qualidade dos recursos hídricos e à recuperação de áreas degradadas (CAMPANHOLA, 2001).¹² As chácaras de lazer também podem desempenhar um papel importante na manutenção ou mesmo ampliação da biodiversidade local. Em geral, expulsam as “grandes culturas” que empregam enormes quantidades de insumos químicos e estimulam a recomposição vegetal (GRAZIANO DA SILVA, e VILARINHO, DALE 1998).¹³

Entretanto, a análise da cobertura florestal Atlântica dos municípios paulistas que fazem parte dos oito Pólos de Ecoturismo identificados pela Embratur e pelo Instituto de Ecoturismo do Brasil (MAGALHÃES, 2001)¹⁴ revela uma indesejável surpresa: dos 66 municípios, 36 – mais da metade – perderam cobertura florestal, 10 mantiveram e 20 conseguiram ampliá-la. A Tabela nº1 mostra a variação da cobertura florestal no pólo da Região das Cuestas e no pólo do Vale do Ribeira de Iguape. Dentre os oito Pólos, o da região das Cuestas foi o que teve maior crescimento relativo de cobertura florestal Atlântica e o da região do Vale do Ribeira de Iguape, o que mais reduziu suas florestas.

TABELA N° 1

Variação da cobertura florestal Atlântica nos pólos ecoturísticos das Cuestas e Vale do Ribeira de Iguape

Região das Cuestas	Área (ha)	População 2000	Aumento cobertura flor. 90-95 (ha)	Redução cobertura flor. 90-95 (ha)	Saldo (ha)
Piracicaba	13.718	329.158	93	-36,6	56,4
Botucatu	148.640	108.306	228,2	-200,3	27,9
São Pedro	61.970	27.897	0	-25,6	-25,6
Brotas	110.430	18.886	230,8	-118,5	112,3
São Carlos	114.390	192.998	133,3	-41,7	91,6
Sta. Rita do Passa Quatro	75.490	26.138	0	0	0
Analândia	32.750	3.582	278,8	0	278,8
Rio Claro	49.990	168.218	41,3	-2,9	12,3
Araras	64.510	104.196	234,8	-28,3	206,5
TOTAL	-	-	1.240,2	-480	760,2

Vale do Ribeira do Iguape	Área (ha)	População 2000	Aumento cobertura flor. 90-95 (ha)	Redução cobertura flor. 90-95 (ha)	Saldo (ha)
Apiáí	94.920	27.162	964,8	-1.679,2	-714,4
Iporanga	116.270	4.562	65,7	-697,2	-631,5
Eldorado	166.030	14.134	1.687,4	-1.902,7	-215,3
Jacupiranga	70.990	17.041	2.204	-1.190,4	1.013,6
Registro	71.790	53.752	504,4	-3.749,7	-3.245,3
Iguape	198.540	27.427	876,8	-6.237	-5.360,2
Ilha Comprida	18.890	6.704	0	0	0
Cananéia	124.450	12.298	106	-323	-217
Pariquera-açu	36.050	17.649	185	-1.059,2	-874,2
TOTAL	-	-	6.594,1	-16.838,4	-10.244,3

Fonte: SOS/INPE/ISA, 1998.

O que se conclui é que, no Estado de São Paulo, a maioria das estâncias balneárias, climáticas, hidrominerais e turísticas, bem como, grande parte dos municípios localizados nos pólos de ecoturismo não estão conseguindo manter ou ampliar suas áreas de Mata Atlântica. No geral as estâncias tiveram uma redução de 2.028 hectares de florestas e os municípios localizados nos pólos ecoturísticos a perda chegou a 13.980 hectares. Isso não significa, obviamente, que o aproveitamento do patrimônio natural e das amenidades rurais seja o responsável pela degradação florestal. Ao contrário, em várias estâncias e municípios que são pólos ecoturísticos os empreendimentos que dependem diretamente do patrimônio natural contribuem, não somente, para a conservação ambiental, como também, geram novas oportunidades de emprego e de renda. São, portanto, importantes trunfos ao desenvolvimento.

A explicação mais provável para a redução da cobertura florestal nesses municípios é que, apesar do avanço do turismo sustentável, o conjunto de atividades que degradam o ambiente é maior e mais vantajoso do que o conjunto das atividades que promovem a sua conservação.

2. OS PÓLOS CONSERVACIONISTAS

Está cada vez mais evidente que o desenvolvimento de certas regiões rurais depende muito mais das possíveis maneiras de tornar rentável a conservação do patrimônio natural e cultural, do que da exploração dos velhos atributos baseados na exploração da fertilidade dos solos, ou no aproveitamento de vantagens de localização industrial (VEIGA, 2000).¹⁵ É óbvio, porém, que o aproveitamento econômico das “amenidades” não surge ao acaso, depende, em grande parte, da existência de condições institucionais que estimulem o “empreendedorismo”. A “saída”, portanto, seria estimular um tipo É óbvio que o aproveitamento econômico das “amenidades” não surge ao acaso, depende da existência de condições institucionais que estimulem o “empreendedorismo”. de empreendedorismo capaz de gerar empregos e, simultaneamente, conservar os recursos naturais. Mas será que isso é possível?

Analisando-se os municípios paulistas com maior densidade de microempresas e empresas de pequeno porte nota-se que muitos deles tiveram um acentuado crescimento populacional na última década, o que é absolutamente previsível. Mas o fato curioso, ou mesmo surpreendente, é que alguns desses municípios conseguiram manter ou até ampliar a sua cobertura florestal Atlântica. Identifica-se claramente a existência de “manchas”, ou concentrações geográficas de municípios que combinam: elevados índices de empreendedorismo, aumento da cobertura florestal e crescimento populacional. Essas concentrações são aqui chamadas de

pólos conservacionistas.

No estado de São Paulo foram identificados cinco pólos conservacionistas localizados na região das Cuestas, na região do Circuito das Águas, na Serra do Mar e litoral norte e nas regiões de entorno das rodovias Castelo Branco, Raposo Tavares e Fernão Dias (Figura nº1). Nos 38 municípios que integram os pólos o aumento da cobertura florestal Atlântica entre 1990 e 1995 foi de 4.829 hectares e a redução de 232 hectares; 30 municípios ou 79% do total apresentam densidades de empreendimentos superiores à mediana do estado (37,5); e todos eles tiveram crescimento populacional na última década (Tabela nº2).

A explicação mais provável para esses números é o tipo de ocupação territorial que vem predominando nessas regiões: uma combinação de unidades de conservação, de propriedades agrícolas com certificação ambiental e, em muito maior escala, a ocupação pelas mais variadas modalidades de turismo no meio rural: ecoturismo, agroturismo, chácaras de lazer e outras modalidades que dependem da conservação da natureza.

TABELA Nº 2

Municípios que compõem os cinco pólos conservacionistas

Município	Var. populacional 1990-2000 %	População 2000/ empresas	Var. Cobertura 1990-1995 (ha)
REGIÃO DAS CUESTAS			
Águas de São Pedro	8,7	9,6	0
Analândia	18,5	29,1	278,8
Brotas	31,0	30,3	122,5
Corumbataí	20,3	33,0	38,5
Dourado	11,1	21,1	-74,2
Ipeúna	60,0	33,2	48,1
Itirapina	28,6	46,4	3516,0
São Pedro	38,1	27,8	-25,6
CIRCUITO DAS ÁGUAS			
Águas de Lindóia	35,3	20,5	0
Amparo	18,6	29,2	0
Itatiba	31,2	28,0	37,3
Jarinu	62,5	31,6	5,3
Lindóia	28,9	26,3	0
Morungaba	20,8	17,2	0
Serra Negra	9,8	21,1	0
Socorro	6,1	24,5	0
Taiuti	20,5	33,3	0
REGIÃO DA RODOVIA FERNÃO DIAS			
Atibaia	28,6	28,8	42,2
Caieiras	81,3	61,2	33
Piracaia	21,0	28,2	54,9
Joanópolis	26,9	30,6	-15,9
Igaratá	31,7	54,4	137,2
SERRA DO MAR E LITORAL NORTE			
Caraguatatuba	49,1	29,2	-56,1
Guararema	21,8	21,6	76,9
Ilha Bela	53,2	25,9	0
Lagoinha	7,0	53,3	243,5
Natividade da Serra	7,5	65,5	0
Paraibuna	14,1	36,5	75,8
Santa Branca	26,4	47,2	16,3
São Luis do Paraitinga	5,0	36,4	-10,7
Ubatuba	40,2	27,4	22,6
REGIÃO DAS RODOVIAS CASTELO BRANCO E RAPOSO TAVARES			
Araçoiaba da Serra	35,9	31,2	-20,8
Boituva	47,9	29,1	-13,5
Iperó	81,4	57,6	-15,2
Itapevi	50,4	75,2	5,1
Porto Feliz	23,1	35,0	0
São Roque	16,6	33,6	74,1
Sorocaba	30,5	33,8	0,9

Mais cobertura florestal

Em uma das mais completas obras já escritas sobre a história da ocupação do “domínio da Mata Atlântica”,¹⁶ Warren Dean (1997)¹⁷ mostra que o ciclo do café sucedido pelo crescimento das indústrias, particularmente na cidade de São Paulo, e pela expansão da malha ferroviária – que tinham a lenha e o carvão vegetal como matriz energética – foram os principais responsáveis pela derrubada das florestas.

Entre 1990 e 1995 a cobertura florestal heterogênea no Estado de São Paulo foi reduzida em 3,6%, passando de 1.858.959 para 1.791.559 hectares (SOS/INPE/ISA, 1998).¹⁸ Mas o fato surpreendente é que 86 municípios paulistas – 51 rurais, 19 ambivalentes e 16 urbanos – conseguiram ampliar suas áreas de florestas heterogêneas. Juntos, totalizaram um acréscimo de 14.309 hectares, ou quase 0,8 % do total da mata existente nesses municípios em 1995.

É interessante notar que a maioria desses municípios não é estância turística e não integra os pólos ecoturísticos, com exceção dos municípios litorâneos. Todavia, as investigações de campo têm comprovado que uma das explicações para o aumento da cobertura florestal em boa parte desses municípios é o crescimento das atividades que promovem o aproveitamento econômico das amenidades rurais e do patrimônio natural. Os outros fatores são: a legislação e a fiscalização mais rigorosas e a retração da agricultura familiar, que leva ao abandono de áreas anteriormente cultivadas.

Crescimento populacional

Em geral, a degradação das florestas e da biodiversidade é provocada pelo crescimento populacional, que força a ocupação de áreas naturais, e pela expansão da agricultura especializada, a qual substitui a diversidade original por um número muito reduzido de espécies de interesse comercial (NORGAARD, 1997).¹⁹

Mas, no Estado de São Paulo, não há evidências de que a redução da cobertura florestal no período de 1990 a 1995 tenha sido provocada pela pressão populacional. O que ocorreu foi justamente o contrário do esperado: dos 36 municípios rurais paulistas que tiveram aumento de população superior a 31% – o que corresponde ao dobro da média brasileira de crescimento no mesmo período –, 10 confirmaram a expectativa e reduziram a cobertura florestal, 22 mantiveram os mesmos níveis, e quatro tiveram suas áreas de florestas ampliadas. No caso dos municípios ambivalentes²⁰ a situação é ainda mais inusitada: dos 15 municípios nos quais a população cresceu mais do que o dobro da média brasileira, apenas quatro reduziram a cobertura florestal, sete mantiveram e outros quatro ampliaram as áreas com cobertura.

A análise do outro extremo da tabela de variação populacional, isto é dos 36 municípios rurais²¹ mais esvaentes²² também contraria as expectativas: 21 diminuíram sua cobertura florestal, 13 mantiveram-na inalterada e apenas dois ampliaram-na. Portanto, os municípios que mais perderam população na década passada são também os que mais reduziram a cobertura florestal entre 1990 e 1995.²³



O que também chama a atenção é que dos 86 municípios paulistas que ampliaram a cobertura florestal Atlântica entre 1990 e 1995, apenas oito tiveram redução da população. Os outros 78 conciliaram crescimento demográfico e manutenção ou ampliação da cobertura florestal. Destes, 19 fazem parte dos pólos conservacionistas. Obviamente esses resultados são insuficientes para contestar as principais teses que relacionam pressão antrópica e degradação da cobertura florestal, mas, no período estudado, fica evidente que o tipo de ocupação e as estratégias de desenvolvimento foram muito mais decisivos para a conservação dos recursos florestais e, portanto, da biodiversidade, do que a simples variação dos níveis populacionais.

Mais empreendedorismo

Os empreendedores são os principais agentes da mudança econômica, pois são eles que geram, disseminam e aplicam as inovações. Ao identificarem as potenciais oportunidades de negócios e assumirem os riscos de suas apostas, eles expandem as fronteiras da atividade econômica. Mesmo que muitos não tenham sucesso, é sua existência que faz com que uma sociedade tenha constante geração de novos produtos e serviços (VEIGA, 1999).²⁴

No estado de São Paulo a densidade mediana de empreendedorismo municipal²⁵ é de 37,5, isto é, uma pequena ou microempresa (PME) para cada 37,5 habitantes. Em 187 municípios rurais e 58 ambivalentes o número de PME por habitante superava a mediana estadual. Quando se analisa a variação da cobertura florestal desses municípios no período de 1990 a 1995 os resultados não são animadores. Dos 187 municípios rurais, 96 diminuíram as áreas de florestas, 64 mantiveram e apenas 27 ampliaram. Nos 58 ambivalentes a situação é semelhante: 28 perderam cobertura, 23 mantiveram e apenas sete ampliaram. A ampliação da cobertura florestal nos 245 municípios rurais e ambivalentes foi de 8.942 hectares e a redução chegou a 22.430 hectares.

Entretanto, se selecionarmos os 10 municípios rurais e ambivalentes mais empreendedores do estado a situação da cobertura florestal no período de 1990 a 1995 já é mais favorável: dois perderam cobertura, sete mantiveram e um ampliou. Uma investigação mais detalhada nesses municípios mostrou que, em três deles, tanto a elevada densidade de empreendimentos como a conservação da cobertura florestal, estão diretamente relacionados ao aproveitamento econômico do patrimônio natural. Em quatro municípios há uma situação semelhante, porém o número de empresas que promovem o aproveitamento turístico do patrimônio natural é bem menor do que nos três primeiros. E em outros três municípios a explicação para o elevado empreendedorismo não tem qualquer relação com a exploração econômica do patrimônio natural.

Os municípios de Águas de São Pedro,²⁶ Serra Negra²⁷ e Águas de Lindóia²⁸ são estâncias hidrominerais que recebem visitantes atraídos pelas suas fontes de águas consideradas terapêuticas. Nos três, predominam empresas de serviços receptivos diretamente ligadas ao turismo: agências, pousadas, hotéis, colônias de férias, bares, restaurante, pesqueiros, haras, comércio de artesanato etc. Em Morungaba, Campina do Monte Alegre, Dourado e Juquitiba o aproveitamento das amenidades é menos expressivo, mas é interessante notar que muitas das empresas recém criadas estão relacionadas à exploração do turismo sustentável no meio rural, particularmente ao ecoturismo. Outra característica marcante desses municípios é que seus governantes apostam muito mais no turismo e na valorização das heranças naturais como vetor de dinamização econômica do que na produção, transformação e exportação de bens primários.

O que há em comum entre os municípios que têm a exploração das amenidades rurais como base do empreendedorismo é que todos estão localizados em regiões que conseguiram manter seus atrativos paisagísticos ou naturais. Há, portanto, indícios de que, nesses municípios, as atividades que dependem da conservação da natureza tornaram-se mais vantajosas do que aquelas que promovem a sua degradação.

CONCLUSÃO

O ideal de um desenvolvimento mais sustentável apóia-se, basicamente, no tripé formado pela equidade social, crescimento econômico e conservação ambiental. Todavia, as estratégias estatais de conservação da natureza limitam-se, tradicionalmente, ao estabelecimento de áreas legalmente protegidas ou unidades de conservação. Apesar de sua inegável importância, hoje se sabe que esta estratégia é insuficiente para garantir a conservação dos ecossistemas e da biodiversidade, não apenas pela limitada abrangência geográfica, como também, pelas dificuldades do estado em destinar recursos para a manutenção e fiscalização dessas áreas.

O conjunto de evidências reunidas neste artigo indica que a criação de empresas que dependam diretamente do aproveitamento econômico do patrimônio natural, particularmente as empresas que promovem o turismo no meio rural, pode ser uma importante estratégia para a conservação ambiental e para a geração de empregos. Tais constatações sugerem que os esforços governamentais poderiam ser orientados ao estabelecimento de condições institucionais favoráveis a esse tipo de empreendedorismo, ainda incipiente no país.

Entretanto, a conclusão mais importante que se pode depreender desta investigação é que isoladamente, o turismo sustentável pouco contribui para a conservação do patrimônio natural e para o desenvolvimento local ou regional. Os resultados são muito mais expressivos quando essas atividades se concentram em determinadas regiões, como é o caso dos pólos conservacionistas identificados no Estado de São Paulo. Há nesses territórios uma rara e virtuosa combinação entre conservação ambiental e crescimento econômico, a qual indica um importante caminho em direção ao ideal de um desenvolvimento mais sustentável.

NOTAS

1 BAIROCH, Paul. Victoires et déboires: histoire économique et sociale du monde du XVI^e siècle à nos jours. Paris: Gallimard, 1997. Apud VEIGA, José Eli da Biodiversidade e dinamismo econômico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA., 28., 2000. Anais... Campinas, 12-15 de dezembro de 2000. 1 CD-ROM p. 4.

2 VEIGA, José Eli da. Biodiversidade e dinamismo econômico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA., 28., 2000. Anais...

Campinas, 12-15 de dezembro de 2000. 1 CD-ROM p. 5.

3 ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Texto para discussão, 702. p. 2.

4 GALSTON, William A.; BAEHLER, Karen J. Rural development in the United States: connecting theory, practice and possibilities. Washington D.C.: Island Press, 1995.

5 VEIGA, José Eli da. A face territorial do desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27., 1999. Anais... Belém, 8-10 de dezembro de 1999. v. 2, p. 14.

6 GALSTON, William A.; BAEHLER, Karen

J. (1995) op. cit., p. 20. 7 ABRAMOVAY, Ricardo (2000) op. cit., p. 7.

8 VEIGA, José Eli da. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se imagina. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 72.

9 Id. ibid., p. 92.

10 VEIGA, José Eli da.; Arilson FAVARETO; Gerson BETTENCOURT et al.. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: MDA/ CNDRS/NEAD,2001. Convênio FIPE – IICA p. 13.

11 SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 7, n.1, p. 43-98, maio, 1997.

12 CAMPANHOLA, Clayton. A dinâmica das atividades agrícolas e não agrícolas no novo rural brasileiro: fase III do Projeto Rurbano. Apud. TEXTO oito: a sustentabilidade do novo rural Brasileiro. In: SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, 2. Campinas, out., 2001.

13 SILVA, José Graziano da; VILARINHO, Carlyle; DALE, Paul J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. Santa Catarina, 1998. Versão revisada do trabalho apresentado no Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, realizado em Santa Maria (RS) de 27 a 29 de maio de 1998.

14 MAGALHÃES, Guilherme Wendel de (coord.). Pólos de ecoturismo: planejamento e gestão. São Paulo: Terragraph, 2001.

15 VEIGA, José Eli. Biodiversidade e dinamismo econômico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 28. Campinas, 2000. Anais... Campinas, 12-15 de dez., 2000. 1 CD-ROM.

16 O chamado Domínio da Mata Atlântica incorpora as seguintes formações vegetais: Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Ombrófila aberta, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, manguezais, restingas, campos de altitude e brejos interioranos (CAPOBIANCO, João Paulo (Org.) Dossie da Mata Atlântica 2001. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica/Rede Nordeste de Ecologia, 2001. p. 7).

17 DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

18 FUNDAÇÃO S.O.S. MATA ATLÂNTICA. Atlas da evolução dos remanescentes florestais e ecossistemas associados no domínio da Mata Atlântica no período 1990-1995. São Paulo: Instituto Nacional

de Pesquisas Espaciais, 1998. p. 49. 19 NORGAARD, Richard. O crescimento da economia global de trocas e a perda de diversidade biológica. In: WILSON, Edward O. (Ed.). Biodiversidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 261-268, 1997. p. 261.

20 VEIGA, José Eli da.; Arilson FAVARETO; Gerson BETTENCOURT et al.. (2002) op. cit. propõe que sejam considerados municípios rurais os que apresentam população de até 50 mil habitantes e densidade demográfica inferior a 80 habitantes por km²; os ambivalentes são aqueles com população entre 50 e 100 mil habitantes ou população inferior a 50 mil habitantes, mas com densidade demográfica superior a 80 habitantes por km²; os demais municípios são considerados urbanos.

21 Apenas os municípios rurais foram analisados, pois nenhum município paulista ambivalente perdeu população no período de 1990 a 2000. Foram selecionados 36 municípios por se tratar do mesmo número de municípios rurais paulistas que tiveram aumento populacional superior ao dobro da média nacional.

22 VEIGA, José Eli da; FAVARETO, Arilson; BETTENCOURT, Gerson et al.. (2001) op. cit., consideram esvaentes os municípios que tiveram fortes quedas populacionais relativas (e muitas vezes absolutas).

23 Certamente seria interessante comparar a variação populacional de 1990 a 2000 com a variação da cobertura florestal no mesmo período. Todavia, os dados sobre a cobertura florestal do período 1995 a 2000 estão em fase final de sistematização pela Fundação SOS Mata Atlântica e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

24 VEIGA, José Eli da. A face territorial do desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27, Belém, 8 a 10 de dez.,1999. Anais... Belém, p.1301-1318, 1999.

25 Calculado a partir de bases de dados do SEBRAE e o do IBGE.

26 Informações fornecidas pelo Sr. Luis Antonio de Mitry Filho, Prefeito do Município de Águas de São Pedro e pelo Sr. Silvio Cezar Corrente, Secretário da Administração em entrevista realizada no dia 03 de maio de 2002.

27 Informações fornecidas pelo Sr. Idenir Augusto S. Perondini, Secretário de Cultura, Turismo e Lazer do Município de Serra Negra em entrevista realizada no dia 21 de junho de 2002.

28 Informações fornecidas pelo Sra. Liziane Machado, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia, em entrevista realizada no dia 22 de junho de 2002.

* Engenheiro Agrônomo. Mestre e Doutor em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo. Diretor de Extensão do Campus Senac São Paulo.

Artigo premiado em 1º lugar – Categoria Interna – do Prêmio Sesc-Senac de Turismo Sustentável, realizado em outubro de 2002.

E-mail: eduardoehlers@sp.senac.br.

Recebido para publicação em: 17/02/2004.

A FUNÇÃO SOCIAL DO ECOTURISMO

Philippe Pomier Layrargues*

Abstract

Eco-tourism represents a new segment of the tourist market that is drawing a great deal of attention on account of the relations it has fashioned with cultural and ecological dynamics. Nevertheless, its socio-economic context has remained relegated to second place in reflections on how to assess its limitations and potential. Based on the presumed need to draw up public policies of a distributive nature to face Brazil's concentration of income, this work sets out to analyze the social function of eco-tourism from the view-point of productive and commercial relations in order to see more clearly the role of eco-tourism in social change.

Keywords: Eco-Tourism; Social change; Public Policy; Distribution of income.

INTRODUÇÃO: AS INTERFACES AMBIENTAL, CULTURAL E ECONÔMICA DO ECOTURISMO

As justificativas que ressaltam a importância do ecoturismo no Brasil abrangem três dimensões: o papel desempenhado na proteção ambiental, nas trocas culturais e na geração de emprego e renda. Diante do promissor mercado que se anuncia para um breve futuro, o ecoturismo adquiriu destaque ultimamente não apenas na indústria do turismo, mas também no âmbito científico. Esse fenômeno social tem se revelado um atraente objeto de estudo para pesquisadores das ciências ambientais, que compreenderam suas íntimas relações – positivas ou negativas – com a proteção ambiental e a dinâmica cultural das comunidades envolvidas. Nesse contexto, dois temas adquiriram centralidade nos estudos relativos ao ecoturismo: os limites e possibilidades do ecoturismo com relação à proteção ambiental e com relação à dinâmica cultural.

Contudo, a terceira temática – a interface socioeconômica do ecoturismo – permanece ainda pouco explorada no âmbito científico; tendo em vista sua importância estratégica para o planejamento de políticas públicas sustentáveis de desenvolvimento local que também sejam capazes de promover distribuição de renda. Aqui, a questão central a ser formulada gira em torno das relações existentes entre o ecoturismo e a mudança social. É importante avaliar em que medida o ecoturismo pode contribuir para reverter o quadro da desigualdade social brasileira e promover distribuição de renda, sobretudo quando esse novo mercado afirma ser um gerador de emprego e renda.

O ecoturismo apresenta vínculos não apenas com a dimensão ambiental e cultural da sustentabilidade, mas também com a dimensão socioeconômica. E considerando que essa dinâmica carece de reflexão teórica, essa constatação serve de estímulo para um olhar analítico a respeito das relações entre o ecoturismo e a reprodução das condições sociais. Nesse sentido, esse texto objetiva discutir as relações estabelecidas entre o ecoturismo e a mudança social, apontando para uma justificativa em defesa da necessidade de criação de políticas públicas para o ecoturismo que definam explicitamente a sua função social.

O ECOTURISMO E A MUDANÇA SOCIAL

Sinteticamente, a discussão atual sobre o ecoturismo envolve duas preocupantes questões: sua relação com a proteção da natureza, entendido o ecoturismo como um instrumento de proteção ambiental pela via do mercado, focando sobretudo as questões relativas à capacidade suporte do ambiente para receber uma quantidade de visitantes adequada que não gere impactos ambientais negativos; e sua relação com a dinâmica cultural, entendido o ecoturismo como um vetor de aceleração de trocas culturais entre o viajante e o residente do espaço visitado pelo ecoturista, focando sobretudo as questões relativas às trocas culturais desiguais entre os visitantes e os moradores locais.

É satisfatório considerar o ecoturismo como uma possibilidade concreta tanto de proteção da natureza, como de fortalecimento cultural das comunidades habitantes no destino do ecoturista. Essa perspectiva não só é considerada como um dos princípios básicos norteadores do ecoturismo, ao referirem-se ao respeito à conservação ambiental e às comunidades locais, como também foi incorporada no próprio conceito de ecoturismo, que afirma ser esse um:

“segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.”¹

Porém, estabelecer a preocupação com a proteção do patrimônio ambiental e cultural como princípio do ecoturismo pode ser satisfatório mas não é suficiente. Há uma outra questão, igualmente preocupante, que o ecoturismo envolve: é a sua relação estabelecida com fatores sócioeconômicos, fato que, afinal de contas, poderia chamar a atenção para se levantar a discussão a esse respeito, já que dois argumentos em defesa desse segmento da indústria do turismo mencionam diretamente a dimensão econômica. O primeiro deles diz respeito às oportunidades de negócio oriundas do novo mercado ecoturístico, que pode movimentar vultosas quantias de recursos financeiros. Frente às estimativas que consideram esse segmento do turismo como o que mais cresce no mundo, a uma taxa de mais de 20% ao ano, não há dúvidas que esse novo mercado altamente promissor seja capaz de gerar riquezas como poucas indústrias conseguem fazer. O mercado do ecoturismo brasileiro movimenta algo em torno de meio milhão de turistas e cerca de 500 milhões de reais ao ano, criando por volta de 30 mil empregos diretos. Contudo, como serão distribuídos

os benefícios da riqueza gerada por essa indústria é uma questão que não está muito bem definida. Com quem ficará a volumosa movimentação econômica desse mercado ainda é uma preocupante incógnita. Essa dúvida nos remete então à segunda justificativa da importância econômica do ecoturismo para o Brasil, fornecendo indícios sobre a expectativa do mercado ecoturístico a respeito da distribuição dos benefícios econômicos do ecoturismo: afirma-se que o ecoturismo é um segmento do turismo capaz de ser um fator de geração de emprego e renda, que poderá beneficiar inúmeras comunidades rurais que possuem porcuais condições intactas de natureza com forte apelo estético capaz de se constituir num atrativo turístico.

Entretanto, mesmo com essa manifestação de boa intenção, é importante salientar que a própria definição do conceito de ecoturismo apresenta uma expressão vaga demais para precisar de que forma o ecoturismo pode promover o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas. Diante das condições sociais brasileiras, que apresentam um preocupante quadro histórico de concentração de renda, e dado o potencial econômico desse novo mercado, o ecoturismo sobressai com uma importante função social a cumprir: ele pode ser considerado um relevante instrumento de distribuição de renda, mais engajado do que as tímidas menções que se referem à geração de emprego e renda ou melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas, como benefícios econômicos indiretos do ecoturismo.

A ECLOSÃO DA CRISE AMBIENTAL E A VALORIZAÇÃO DA ESTÉTICA DA NATUREZA

Para iniciar essa reflexão que tece relações do ecoturismo com a mudança social, é preciso entender o ecoturismo sob uma perspectiva pouco usual, onde ele aparece como um fenômeno social oriundo de uma situação muito peculiar desde que a crise ambiental eclodiu nas sociedades modernas.

A crise ambiental apresentou o mérito de ter afetado, mas não destituído, muitos dos valores do projeto central da modernidade, que se constitui na valorização do artificial em detrimento do natural, onde a natureza, que antes era objeto de apropriação e exploração, passa a ser positivamente valorada frente ao panorama de escassez de recursos naturais. Nesse sentido, é razoável partir do pressuposto de que o ecoturismo corresponde a um fenômeno social eminentemente decorrente da eclosão da crise ambiental, onde a relação entre o ambiente artificial e o ambiente natural assume novos e intrincados contornos em termos de valorização simbólica. Por conseguinte, a nova alteridade natural- artificial provoca novos significados para o viajante que procura o exótico, o diferente. Assim, um novo horizonte de destinos se abre ao turismo, ampliando as possibilidades de viagens, agora também para a natureza.

Em outras palavras, uma das variáveis que tornou possível e viável o fenômeno ecoturístico foi a nova polarização dos valores sociais conferidos para o espaço urbano e para o espaço natural. O espaço natural tornou-se o novo objeto de desejo do viajante, imbuído da necessidade de contato e alteridade com as origens, a pureza, a ordem, o ritmo e a estética natural. A nova subjetividade engendrada pela escassez de natureza, acompanhada pela valorização da estética da natureza, parece ser fator suficientemente forte para explicar porque esse é um novo e promissor mercado, o segmento da indústria do turismo que apresenta comparativamente o maior crescimento dentro do setor turístico.

O ecoturismo é um sintoma da mudança de paradigma. A repugnante, inóspita e assustadora natureza, que antes era qualificada como “mato” ou “selva”, virou “floresta”. Desse modo, essa atividade produtiva só foi possível florescer depois que a construção social da natureza retirou o seu caráter “selvagem”, para torná-la atraente e acolhedora. De dominada e explorada, quando adquiria valor apenas se transformada pelo trabalho humano, passou a ser venerada e reverenciada, alvo de romarias e peregrinações para verdadeiros “santuários ecológicos” ainda preservados no país.

O ECOTURISMO COMO UM NOVO MERCADO

Se o ecoturismo não envolvesse a variável econômica, ele poderia ser um mero instrumento de proteção do patrimônio ambiental e cultural. Mas como a produção do valor simbólico para a natureza foi registrada pelo mercado como uma nova oportunidade de negócio, e esse valor simbólico foi materializado como um mercado ecoturístico, permeado por relações mercantis em torno da mercadoria “natureza esteticamente atraente”, o ecoturismo se caracteriza por ser o dinamizador de um novo mercado que carrega em si o potencial de produzir efeitos colaterais positivos, como a proteção ambiental e cultural. Evidentemente, dependendo do enfoque, o ecoturismo pode ser entendido sob as duas perspectivas, que do ponto de vista ideológico, disputam legitimidade interpretativa sobre seu significado. Contudo, uma abordagem complexa do fenômeno do ecoturismo ressalta as relações sociais em torno dessa mercadoria, exigindo portanto, a realização de leituras adequadas a essa realidade. A omissão da variável socioeconômica do ecoturismo resulta num processo de alienação das relações sociais que permeiam esse mercado, resultando em posturas políticas simplistas e ingênuas, por desconsiderar então as relações que o ecoturismo estabelece com a mudança social.

Em suma, o ecoturismo é um fenômeno, se não eminentemente econômico, pelo menos fortemente determinado por condicionantes econômicos que direcionam não apenas as tendências de crescimento desse mercado como também os mecanismos de reprodução social. Em outras palavras, se a natureza se tornou uma nova mercadoria, o ecoturismo representa a criação de um novo mercado, possibilitado em função da eclosão da crise ambiental que apresentou como efeito subjetivo, a criação de uma nova sensibilidade capaz de fornecer um valor estético positivo à natureza. A natureza como uma nova mercadoria passa por uma outra onda de apropriação pelo mercado, mas dessa vez, não dos produtos gerados, mas dos serviços prestados, a exemplo da contemplação estética da beleza natural.

AS RELAÇÕES PRODUTIVAS E MERCANTIS NO MERCADO ECOTURÍSTICO

E como se estrutura esse mercado? Quais são e como se comportam, trocando em miúdos, os agentes encarregados das relações produtivas (relações entre capital e trabalho)? O ecoturismo é uma nova atividade econômica que tem a natureza como mercadoria, embora essa mercadoria não seja produzida por ele, mas sim pela própria natureza. A natureza é considerada por alguns sociólogos ambientais como a “terceira força produtiva”, como uma alusão às duas outras forças que movimentam o circuito produtivo: o

capital e o trabalho. Dada então a capacidade recentemente reconhecida da produção de serviços ambientais pela natureza com utilidade para o ser humano, a natureza se configura então como a terceira força produtiva.

Ou seja, a singularidade do ecoturismo como indústria capitalista é que ele transaciona uma mercadoria praticamente auto-produzida: ela é natural, e não socialmente produzida, mas mantida ou incrementada pelas comunidades ali residentes. Cabe ao empreendedor ecoturístico, como proprietário da mercadoria, apenas a tarefa de humanizar a paisagem, prover a infra-estrutura de acolhimento dos visitantes, a logística da viagem e condução do visitante pelo interior do santuário. O trabalho humano, realizado frequentemente pelos moradores locais como mão-deobra trabalhadora, se resume em acrescentar um toque de “civilidade” através de trilhas interpretativas, passarelas, pontes suspensas, torres de observação, mirantes, centros de recepção de visitantes, etc. O viajante ecoturista ocupa o espaço do consumidor, que entra no circuito através das relações mercantis estabelecidas com o empreendedor ecoturístico ao oferecer o pacote a seu cliente.

Como todo mercado, o ecoturismo não está isento da busca da economia de escala, que se caracteriza, no caso do turismo, no consumo de massas. Nesse sentido, o ecoturismo se qualifica como um voraz consumidor de espaços, colocando-o à mercê do dilema econômico- ecológico, caracterizado pelo balanço entre a maximização dos investimentos sem o comprometimento da capacidade suporte ideal. A sustentabilidade do negócio ecoturístico depende em grande medida da capacidade de se encontrar esse ponto de equilíbrio.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO COMPENSAÇÃO DO RISCO DO MERCADO ECOTURÍSTICO

O ecoturismo é tradicionalmente considerado um veículo da educação ambiental, encarregado sobretudo da sensibilização e aquisição de conhecimentos ecológicos. Por outro lado, considerando os riscos do ecoturismo que podem comprometer sua própria sustentabilidade, a educação ambiental se transforma em veículo do ecoturismo. Assim, a educação ambiental no contexto do ecoturismo, assume novos contornos no que diz respeito às suas metas, pois agora, a importância de uma eficaz sensibilização do turista com relação à proteção ambiental e cultural do espaço visitado, necessária para a natureza e a comunidade local, também se refere à sustentabilidade do próprio negócio ecoturístico.

A despeito dos benefícios que o ecoturismo apresenta, há que se considerar o que se convencionou chamar de “efeito colateral” mas que na verdade é a própria característica da mercantilização da natureza: o duplo risco da atividade (ultrapassar a capacidade suporte do ambiente e provocar a desestruturação cultural da comunidade local). Tais riscos são sublimados pela expectativa de que o papel da educação ambiental seja justamente o controle desses “efeitos colaterais”. Por isso enfatizamos que o mercado ecoturístico apresenta um potencial para proteger o patrimônio natural e cultural. A proteção desses patrimônios não é inerente ao ecoturismo, mas dependente da educação ambiental.

Assim, a educação ambiental assume aqui um papel de maior importância tanto para refrear uma sobrecarga de visitantes que poderia afetar a capacidade suporte do ambiente, como para minimizar a possível desestruturação da cultura local. Nesse sentido, a educação ambiental aplicada ao ecoturismo caracteriza-se por ser um mecanismo de compensação do risco da atividade econômica, provendo a segurança necessária para que o sucesso do negócio ecoturístico de hoje não signifique o seu fracasso amanhã.

OS MODELOS DE ECOTURISMO

Sob essa perspectiva que envolve uma dinâmica de correlação de forças entre capital e trabalho, existem dois modelos de ecoturismo, que devem ser aqui entendidos como duas categorias possíveis apenas como tipo-ideal, ou seja, que representam pares binários que no real podem conter elementos comuns imbricados entre si: o ecoturismo empreendedor e o ecoturismo de base comunitária, cujas características básicas estão descritas no quadro a seguir.

ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

A comunidade local é a própria operadora do negócio ecoturístico, permitindo o desenvolvimento comunitário local, a emancipação política e favorecendo a distribuição de renda.

A renda gerada permanece na comunidade local e é distribuída entre os trabalhadores da atividade.

Há espaço para inclusão e inclusive ascensão social, já que a própria comunidade local é responsável pela gestão da atividade.

O pacote ecoturístico envolve múltiplas dimensões: natureza, história e cultura como variáveis indissociadas. Locais de destino são sobretudo comunidades extrativistas.

O turista imerge na realidade local real, se impregna da vida cotidiana da coletividade, vivencia o envolvimento profundo e legítimo da rotina da comunidade local naquele espaço protegido. O turista experimenta a alteridade de si com o outro como continuidade da natureza.

O turista experimenta um contato direto com a realidade, com pouca mediação do guia.

ECOTURISMO EMPREENDEDOR

A operadora do negócio ecoturístico não é proveniente da comunidade local, mas de centros urbanos, o que dificulta a distribuição de renda.

A renda gerada é destinada ao lucro dos empreendedores que financiam a atividade.

Fala-se de oportunidade de geração de emprego para a comunidade local, para ocupar funções de serviços, mas não de empreendimento.

O pacote ecoturístico privilegia a beleza natural. Locais de destino são sobretudo os 'hotéis de selva'.

O turista imerge numa realidade fantasiosa, vivencia um contato idealizado de uma natureza idílica, virgem e dadivosa, de forma superficial e folclórica. O turista experimenta apenas a alteridade de si com a natureza exposta numa vitrine.

O turista experimenta um contato indireto com a realidade, com forte mediação do guia.

Diante desse quadro que expõe os modelos de ecoturismo, toma-se necessário reconhecer que enquanto o ecoturismo de base comunitária possibilita converter os fatores socioeconômicos em favor da mudança social, o ecoturismo empreendedor age em função da manutenção das condições sociais historicamente inalteradas.

Nesse sentido, é interessante ainda tecer considerações a respeito da formação profissional de recursos humanos para atuar no ecoturismo. Dependendo do enfoque que se implemente, é possível identificar duas possibilidades, de acordo com os dois modelos: uma que prepara recursos humanos para geração de empregos (considerados como trabalhadores subordinados ao capital) para o ecoturismo empreendedor, outra que prepara recursos humanos para ascensão social (considerados como trabalhadores em busca da emancipação política e autonomia econômica), para o ecoturismo de base comunitária. Para uns, cursos de culinária, recepção, hospedagem, guia, entre outros, que mantêm inalterada a relação capital e trabalho; para outros, cursos de associativismo, empreendedorismo e gestão de negócios, além, evidentemente, de linhas de crédito popular, subsidiando a mudança social.

A FUNÇÃO SOCIAL DO ECOTURISMO RESGATADA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

O potencial de mercado do ecoturismo no Brasil é enorme e promissor. Resta saber se teremos capacidade de aproveitá-lo não só como um valioso instrumento de proteção do patrimônio ambiental e cultural, mas também como uma oportunidade de promoção de ascensão social e distribuição de renda.

O mercado capitalista produziu valor destruindo a natureza, e seu caráter cíclico agora o faz produzir valor protegendo a natureza. A questão não é saber das verdadeiras intenções do mercado no que diz respeito à proteção do patrimônio natural e cultural, mas como será repartida a riqueza gerada pela exploração econômica da natureza protegida. A história tem evidenciado que o mercado não conseguiu distribuir a riqueza gerada pela exploração da natureza, quando esta só adquiria valor enquanto produto transformado pelo trabalho humano. Terá ele agora capacidade de distribuir a riqueza gerada pela nova onda de exploração da natureza? Tendencialmente, o mercado pode ser um bom alocador de recursos, mas não é um bom mecanismo de justiça distributiva, já que a balança do poder no mercado livre pende sempre em favor do capital.

Do problema que procuramos discutir à idéia que procuramos defender, torna-se explícito o importante papel que as políticas públicas assumem como vetor distributivo para equilibrar as forças do mercado, que por si só, já provaram não serem capazes de repartir a riqueza gerada pela exploração econômica da natureza. Urge que sejam criadas políticas públicas voltadas ao ecoturismo que sejam de caráter distributivo, onde a respeito da formação profissional, é possível identificar duas possibilidades: uma que prepara para geração de empregos, outra que prepara para ascensão social. sejam contempladas não apenas a dimensão ambiental e cultural mas também a socioeconômica da sustentabilidade.

O potencial do mercado do ecoturismo para produzir efeitos colaterais positivos se toma de fato efetivo, pela atuação do livre mercado sem o controle efetuado por políticas públicas, porque transaciona uma mercadoria que para ser consumida,

inerentemente precisa ter incorporada essas qualidades adicionais, a proteção ambiental e cultural, condicionantes do sucesso do negócio. Mas, desde que acompanhado de eficazes programas de educação ambiental. Contudo, a função social do ecoturismo, quer seja, a justa repartição dos benefícios advindos da riqueza gerada por esse mercado, só pode ser alcançada com algum controle social que regule as relações sociais em condições de igualdade.

Políticas públicas liberais e conservadoras podem ter como meta a “geração de emprego e renda”, investindo por conseguinte, em modelos de ecoturismo empreendedor; já as políticas públicas progressistas e emancipatórias podem ter como meta a “ascensão social e a distribuição de renda”, investindo portanto, em modelos de ecoturismo de base comunitária. O ecoturismo pode ser apenas uma estratégia a mais de conservação da natureza ou um mecanismo de desenvolvimento social que integre a variável ambiental, dependendo do planejamento proposto pelas forças políticas. Enquanto a primeira opção procura não alterar as condições sociais já consolidadas, que normalmente apresentam relações produtivas e mercantis tendenciosamente desequilibradas na balança do poder em favor do capital, a segunda opção procura justamente reverter esse quadro, agindo em favor de um maior equilíbrio nessa relação assimétrica de poder. Eis o verdadeiro papel do Estado como formulador de políticas públicas, eis uma excelente oportunidade para o país, ao mesmo tempo em que protege sua natureza através de uma atividade econômica de baixo impacto ambiental, promover a justiça social.

O ecoturismo não está à margem das condições de reprodução social, já que ele é permeado por relações produtivas e mercantis, notadamente determinadas pelo livre mercado. Ele é um instrumento ideológico que, por intermédio de qualquer relação social mediada pelo capital, pode agir seja em função da conservação ou da transformação social, dependendo do que se decida como diretriz política para o ecoturismo. Daí o apelo para a necessidade de se criar políticas públicas capazes de definir a função social do ecoturismo.

NOTAS

1 Brasil. Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo. Brasília: MMA/ MICT. 1994.

* Biólogo pela Universidade Santa Úrsula. Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em psicologia social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Centro de Filosofia e Ciências Humanas) e Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais). Gerente de Projetos Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Participou do Prêmio Sesc-Senac de Turismo Sustentável, realizado em outubro de 2002.

E-mail: philippe.layrargues@mma.gov.br.

Recebido para publicação em: 17/02/04.

TURISMO, SUSTENTABILIDADE E A PAISAGEM

Nilton Soares Val*

Abstract

The challenge of sustainability in various sectors has called for efforts to be made by both researchers and the community as a whole. With the growth of eco-tourism activities, numerous areas are attracting with ever-increasing intensity groups of people driven by the stress of daily life to seek moments of leisure and harmony with “nature.” At present, the tourist phenomenon has grown so intense that it has caused multitudes to travel to environments that are not ready to receive them, thereby causing impacts of a social, cultural, economic and environmental nature, including changes to the actual landscape.

Keywords: Sustainable Tourism; Sustainability; Eco-Tourism; Landscape; Degradation of Landscape.

INTRODUÇÃO

O caráter dinâmico é intrínseco à paisagem tanto na escala geológica como na escala histórica. Na perspectiva histórica, fatores como o solo, o relevo, o clima e a geologia são vistos por MENTINK (1990),¹ como estabilizadores, considerando a lentidão das transformações ocorridas na escala geológica. As transformações da paisagem, na perspectiva histórica, refletem a intenção entre a sociedade e a natureza, em cada momento da história, as transformações endógenas da sociedade e da natureza e a qualidade da interação entre ambos.

A paisagem expressa diretamente os valores e aspirações daqueles que a produzem (indivíduos ou grupos), ressaltando-se que valores e atitudes podem ser determinados pela hereditariedade, educação, comunicação e experiência (ECKBO, 1975).² A esse respeito, BOURASSA (1990)³ sugere uma teoria tripartite, distinguindo três formas de experienciar a paisagem: a biológica, implicando padrões transculturais; a cultural, em que a experiência está sujeita à variabilidade segundo o desenvolvimento cultural dos grupos étnicos e sociais; e a forma individual, idiossincrática, resultando da forma biológica e cultural em um indivíduo específico. Assim, segundo KLUCKON; MURRAY (1950), citado em CRAIK (1975), “todos os indivíduos são, de alguma forma, iguais a todos os outros, iguais a alguns e completamente diferentes de todos.”⁴ Para a tradição judaico-cristã, a princípio o homem foi considerado uma unidade separada da natureza, mantendo o domínio sobre ela.(ECKBO, 1975).⁵ Entretanto, a crise ambiental dos anos 60 e 70 evidenciou os limites deste domínio impondo mudanças culturais, representadas por novos valores e atitudes em relação à paisagem, consolidadas na conscientização da sua importância para a qualidade de vida. QUEVEDO NETO (1999) nos fala que:

a ausência de constrangimentos legais, que tenham por objetivo evitar os conflitos resultantes das externalidades, produzidas por uma determinada atividade sobre os usuários vizinhos, resulta na degradação das qualidades da paisagem, como: conversão de terras cultivadas, o abandono da atividade agropecuária, a destruição de ecossistemas naturais remanescentes: problemas ligados à poluição do ar, água e solo, a degradação dos valores paisagísticos, arquitetônicos e geológicos, além de uma série de impactos sociais sobre as comunidades locais, provocados pela inserção de atividades urbanas no meio rural.⁶

Esse mesmo autor cita ainda o trabalho mais recente de UENO (1985),⁷ onde o autor mostra claramente a pressão exercida pelo ambiente urbano por meio de aumento de preço da terra, forçando o rearranjo da produção de hortifrutícolas do “cinturão verde”, avançando em direção ao interior, concentrando-se numa distância entre 50 e 180km em torno de São Paulo, de acordo com as especificidades de cada produto e de sua suscetibilidade ao preço da terra e à proximidade do ambiente urbano.

Essa dinâmica da paisagem nas áreas de transição urbano-rural resulta na degradação das qualidades dessas paisagens, que por sua vez, desempenham um papel importante como local de lazer e recreação para as populações urbanas. BRYANT, RUSSWURM, McLELLAN et al. (1982)⁸; POTTER, C. (1994)⁹ e HOLLYDAY (1994);¹⁰ enfatizaram a importância desses locais como o destino mais procurado por aqueles que buscam “contato com a natureza.” Estudos desenvolvidos por KAPLAN; KAPLAN (1983);¹¹ KAPLAN; TALBOT (1983);¹² KORPELA; HARTING (1986),¹³ enfatizam a importância da experiência restaurativa proporcionada pelo ambiente natural e pelos lugares preferidos, considerados de extrema importância para os indivíduos submetidos ao estresse provocado pelo ambiente urbano, especialmente dos grandes centros urbanos. Paisagens constituídas por áreas de agricultura tradicional e de vegetação natural, associadas à topografia ondulada e às superfícies líquidas, representaram as paisagens preferidas, como indica uma série de estudos sobre preferência, STRUMSE (1996),¹⁴ SULLIVAN III (1994);¹⁵ COETERIER (1996).¹⁶ Outros trabalhos reforçaram o papel da atividade agropecuária tradicional como geradora e mantenedora das paisagens preferidas, guardando valores culturais, históricos, simbólicos, estéticos e recreacionais COETERIER (1996);¹⁷ MENTINK(1990);¹⁸ LUGINBUHL (1991);¹⁹ Como o destino de inúmeros “turistas” tem sido, como já demonstrado, as áreas naturais, ou de predominância do contato com a natureza, havemos de investigar a qualidade da paisagem preferida por esse público; os impactos, no meio ambiente causados pelas atividades desenvolvidas; qual a tendência de desenvolvimento da paisagem e se ela corresponde à desejada; se diferentes grupos sociais mostram preferências diferentes em relação à paisagem e se

eles têm avaliações e condutas diferentes sobre a paisagem e suas transformações; se a memória da população residente recorda-se da paisagem no passado e de como e quando ocorreram mudanças e sua avaliação pessoal sobre essas mudanças. A esse respeito, SARTOR (1977) argumenta que “o relacionamento equilibrado entre o produto turístico e o ambiente rural constitui um dos elementos fundamentais no sentido de favorecer a pequena agricultura e as atividades pecuárias locais.”²⁰ Assim, em estudos sobre a paisagem e sua transformação, devem ser analisadas as preferências, avaliações, atitudes e expectativas dos pequenos proprietários e de proprietários de residências secundárias (os representantes do turismo rural na área de estudos). Os resultados dessa análise devem servir como subsídios para estabelecimentos de recomendações de políticas públicas de desenvolvimento econômico, social e cultural, que preservem as qualidades da paisagem, o que depende da incorporação das demandas coletivas em termos de pensamentos, valores e sentimentos.

A perspectiva adotada para o estudo da transformação da paisagem deve ser a da percepção da paisagem subárea de um campo de estudo mais amplo denominado percepção ambiental. Acreditamos que essa perspectiva seja a mais adequada, pois como argumenta POTTER (1994),²¹ há falta de pesquisa nessa área, tornando vagas as idéias de planejadores sobre a maneira como as pessoas pensam a respeito da paisagem; por outro lado, há pouca compreensão, por parte do público, sobre as decisões políticas estabelecidas sobre as transformações nas paisagens das áreas sob forte ação antrópica.

As políticas públicas que desprezam as qualidades das paisagens constituídas pela experiência, percepções e expectativas dos cidadãos, comportam um caráter estático e propõem-se a “congelar” a paisagem. Nesse sentido, COETERIER (1996)²² argumenta que se entendermos como as pessoas se relacionam com a paisagem, suas avaliações, suas atitudes, suas preferências, conheceremos os meios pelos quais as qualidades seriam alcançadas, sem constringer a criatividade do planejador, porque não ditaria o produto final. Dessa forma, os insumos produzidos pela perspectiva da percepção da paisagem, podem levar à instituição de alternativas menos rígidas da proteção ambiental e da paisagem e, o que é mais importante, considerar os insumos econômicos e ecológicos, atenuando o caráter reducionista das vias unidimensionais. Quanto à proteção de paisagens rurais, HOLLIDAY (1994)²³ sustenta que são fundamentais o desenvolvimento e implementação de perspectivas multidimensionais de avaliação e planejamento do uso da terra, visando satisfazer às necessidades da comunidade em todas as suas instâncias.

Assim, entre as questões que permanecem sem respostas, demandando mais pesquisas, pode-se listar: (a) identificação da paisagem preferida por habitantes locais e turistas; (b) avaliação da opinião dos usuários quanto ao tipo de transformações e suas conseqüências bem como dos elementos responsáveis por essas transformações; (c) identificação das atitudes dos usuários em relação aos conflitos atuais resultantes da mescla de atividades desenvolvidas na área rural; (d) avaliação das expectativas dos proprietários rurais sobre o futuro da atividade agrícola, procurando identificar o potencial de transformação da paisagem, bem como a expectativa dos proprietários de residências secundárias em relação à transformação da paisagem; (e) análise da variabilidade cultural em relação às paisagens preferidas e às transformações da paisagem; (f) estudos das paisagens preferidas e das transformações da paisagem por meio das teorias desenvolvidas no ramo da cognição ambiental; (g) contribuição para o estabelecimento de uma abordagem científica no estudo das paisagens; (h) estabelecimento de recomendações e de alternativas de desenvolvimento sócioeconômico para as áreas estudadas; (i) correlacionar as atividades empreendidas como “lazer/turismo”, seja pela visitação às residências secundárias, seja como usuários da trade turística, com os impactos causados ao meio ambiente/paisagem.

CONCEITO E DEFINIÇÕES DE TURISMO

Encontram-se referências ao turismo na literatura desde o século XIX, mas foi só a partir da Segunda Guerra mundial que se desenvolveu o seu conhecimento de um ponto de vista científico. Esse desenvolvimento acompanhou o surgimento e crescimento do turismo de massa, ou seja, “o deslocamento de grande número de pessoas para os mesmos lugares nas mesmas épocas do ano” (RUSCHMANN 1999).²⁴ Segundo TRIGO (1993):

No Brasil há muitos estudos específicos sobre turismo, principalmente sobre a interação entre o turismo e outras disciplinas da área de ciências humanas. (...) o questionamento da problemática turística é relativamente escasso. Grande parte dos textos que se propõem a analisar o turismo fica restrita a outras áreas de estudo como administração de empresas ou economia, geografia ou sociologia do lazer.²⁵

Ao analisar a origem da palavra turismo, BARRETO (1995)²⁶ coloca que o vocábulo *tour* é de origem francesa e significa “volta”. ANDRADE (1992) completa afirmando que “a matriz do radical *tour* é do latim, através do seu substantivo *touris*, do verbo *turnare*, cujo significado é “giro, volta, viagem ou movimento de sair e retornar ao local de partida.”²⁷ Desta forma, tem-se os primeiros indícios do conceito de turismo, ou seja, deslocamento temporário com retorno ao local de partida. Sob um conceito histórico, TRIGO (1993)²⁸ afirma que os grandes movimentos turísticos surgiram no século passado séc.XIX, à medida que o capitalismo se desenvolvia, principalmente na Europa Ocidental e na América do Norte. O desenvolvimento tecnológico da época, em especial no setor de transportes, também contribuiu para o fenômeno. Do início do século até a I Guerra Mundial houve um pequeno crescimento do turismo, interrompido pelo confronto. É durante este período, em 1911, que surge a primeira definição de turismo, dada pelo austríaco SCHULLERN (1911): “Turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado” citado em BARRETO (1995).²⁹ Como se observa, apesar de citar o movimento de pessoas (turistas) e, portanto admitir a existência de um processo social, a visão econômica é a que confere maior interesse aos estudos.

Com o fim da I Guerra Mundial, o fenômeno volta a crescer, dando início ao turismo de massa, que PELLEGRINI, (1993) define como “aquele cujo fluxo ultrapassa os limites da capacidade de recepção de um local em determinado tempo.”³⁰ Já BARRETO (1995),³¹ entende esse mesmo tipo de turismo conforme o tamanho da demanda, ou seja, em locais onde a demanda para visitação

é alta, tem-se um turismo de massa. Em 1929 o turismo sofre novamente uma retração, devido à crise da Bolsa de Valores de Nova York TRIGO, (1993).³² É nesta data que nasce o Centro de Pesquisas Turísticas da Faculdade de Economia da Universidade de Berlim, originando uma corrente de pensamento no turismo denominada Escola de Berlim ANDRADE (1992),³³ onde surgem novas definições de diversos autores, citados em BARRETO (1995).³⁴

Neste trabalho, considerou-se a mais abrangente e conhecida das definições acerca do “fenômeno turístico”, feito pela Organização Mundial de Turismo – OMT (1993), que o entende como “as atividades realizadas pelas pessoas durante viagens e permanência em lugares diferentes do seu local de residência habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, para ócio, negócios e outras finalidades.”³⁵ Assim, o importante é o deslocamento para um local – não importando a distância, que não seja habitual – para desconsiderar estudantes ou trabalhadores de cidades próximas que façam o percurso cotidianamente, não permanecendo mais do que um ano – excluindo imigrantes, independente do motivo – abarcando desde negócios e saúde até religião, lazer, entre outros.

ECOTURISMO – TURISMO RURAL – AGROTURISMO

Segundo PIRES (1998),³⁶ o ecoturismo como proposta concreta de utilização turística de espaços naturais – entre eles, muitas áreas naturais protegidas ou unidades de conservação – surgiu nos anos 80 num momento em que as idéias e proposições para o desenvolvimento de formas alternativas de turismo já se encontravam bem disseminadas, e que se multiplicavam pelo mundo os estudos e as experiências nessa área. Nesse mesmo período em que as organizações ambientalistas, devido à redução do apoio financeiro institucional, se vêem forçadas a promover a geração de recursos próprios e a se autofinanciarem em seus projetos e empreitadas tem-se, segundo BAEZ (1996),³⁷ um dos determinantes pragmáticos do surgimento do ecoturismo como alternativa para a geração de fundos necessários à proteção das referidas áreas naturais. Nesse mesmo período (anos 1980), consolidaram-se as idéias em torno de um modelo de desenvolvimento compatível com a conservação dos recursos naturais e culturais, que mais tarde se abrigariam sob o conceito de “desenvolvimento sustentável” concebido pelo Relatório Brundtland da CMMAD em 1987. “A partir do imperativo ético que é possível promover um desenvolvimento pelo qual se possa utilizar os recursos atualmente disponíveis sem comprometer a sua utilização pelas gerações futuras,”³⁸ vislumbrou-se a via alternativa de um tipo de turismo que ao encontrar na natureza a sua fonte maior de motivação, fosse também capaz de gerar recursos para sua proteção e proporcionar benefícios para as comunidades tradicionais que dela dependiam (princípios de sustentabilidade). Essa via alternativa antes de fluir sob a denominação atual de “ecoturismo” difundiu-se a partir dos anos 1970 assumindo diversas denominações que tentavam designar ora o turismo praticado em ambientes naturais, ora a utilização ecologicamente equilibrada do meio ambiente pelo turismo tradicional ou convencional, podendo ser citadas, entre outras: “turismo de descoberta”, “turismo suave”, “turismo responsável”, “turismo de aventura”, “turismo verde”, “turismo participativo” e “turismo ecológico”.

PIRES (1998)³⁹ apresenta o termo “Ecoturismo” cunhado por CEBALLOSLASCURÁIN em 1983,⁴⁰ como tendo logrado maior receptividade junto às organizações e entidades que se encontravam à frente do ambientalismo, porque já embutia no conceito que passou a acompanhá-lo a partir de 1991 a ética conservacionista defendida por todas elas, além de ser uma forma “telegráfica” de expressar conjuntamente a idéia de turismo associada com ecologia. Porém, como afirma o próprio criador da expressão, a sua assimilação não se deu de imediato, sendo necessários vários anos para a divulgação e maturação desse novo conceito, o que ocorreu somente com a chegada dos anos 1990.

Atualmente, no momento em que o turismo é apontado como a alternativa econômica para o mundo subdesenvolvido, deve-se discutir a possibilidade de aproveitamento do patrimônio arquitetônico e paisagístico e, especialmente humano, de algumas propriedades, para implantação dessa atividade, incorrendo-se no menor impacto possível ao “meio ambiente”, entendido este como espaço/tempo “socio-econômico-cultural”. Espera-se, com esta nova atividade, que seja gerada uma “renda complementar” para os pequenos proprietários rurais, antes do que como alternativa exclusiva para a transformação do meio em que vivem. Se o mundo científico, governos e organismos não-governamentais procuram formas alternativas ao turismo de massa e opções econômicas para áreas pouco desenvolvidas, estudar o turismo ecológico em meio rural representa uma maneira de contribuir para o planejamento, a implantação e manutenção desse tipo de atividade econômica.

A implantação do turismo carece de um planejamento envolvendo, de preferência, equipes multidisciplinares. Se o turismo for implantado de forma planejada, ele poderá representar a possibilidade de desenvolvimento sustentável da área. Sem considerar os aspectos naturais e culturais a as práticas agrícolas, ele pode impactar de forma negativa o meio ambiente e a comunidade. Sua relevância torna-se maior no momento em que o Governo Brasileiro através da EMBRATUR – Instituto Brasileiro do Turismo – incentiva, por meio do PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo – a descentralização do planejamento, da implantação de infra-estrutura e do acompanhamento das atividades turísticas. É o momento também em que muitas iniciativas de turismo em espaço rural vão se consolidando e a pesquisa de uma forma geral, poderá, acredita-se, contribuir com os esforços de empreendedores, estudiosos e autoridades do turismo nessa tarefa.

Desta forma, é reconhecido entre os especialistas e estudiosos do ecoturismo que devido aos diversos setores da sociedade interessados no desenvolvimento da atividade ecoturística, formaram-se inúmeras definições de sua representatividade, conforme o enfoque que está se buscando, podendo ser conseguidas junto a autores como: PRADO, (2001),⁴¹ BOO (1991),⁴² Australian Department of Tourism (1992),⁴³ FIGGIS (1993),⁴⁴ BUTLER; PEARCE (1995),⁴⁵ LINDBERG (1995),⁴⁶ RODRIGUES (1997),⁴⁷ RUSCHMANN (1999),⁴⁸ MOLINA (1998).⁴⁹

Após observarmos como todos esses autores encaram o ecoturismo, podemos fazer uma breve comparação entre as definições apresentadas sobre o fenômeno, caracterizando três elementos recorrentes: (a) baseado na natureza, (b) educação/interpretação e (c) gerenciamento sustentável, que inclui as questões econômicas e/ou sócio-culturais. Neste estudo, utilizar-se-á a definição criada pelo Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, em 1995, que entende Ecoturismo como “... o seguimento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, os patrimônios naturais e culturais, incentiva sua conservação e busca a formação de

uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.”⁵⁰ Na maioria das definições encontra-se a preocupação com a “sustentabilidade” da atividade. Nesse tocante, o conceito segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD – apud RUSCHMANN (1999), expressa-se num “...processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.”⁵¹

Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que perdura. Existe a preocupação de que aqueles que hoje desfrutam das benesses do desenvolvimento econômico estejam talvez prejudicando as gerações futuras, porque poluem a terra e desgastam demais seus recursos. As gerações atuais devem ‘atender as necessidades sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades’ – é este o princípio geral de desenvolvimento sustentável adotado pela comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no relatório *Nosso Futuro Comum*, em 1987. O princípio é hoje amplamente aceito e tem todo o apoio neste Relatório. (BANCO MUNDIAL, 1992)⁵²

Atualmente, há projetos para implantação de atividade de ecoturismo que contemplam a incorporação das comunidades locais, desde o início do processo de planejamento até sua implementação, com o objetivo de que seja uma alternativa econômica complementar, e possa proporcionar melhorias na qualidade de vida dessas populações. Entende-se que a sustentabilidade do meio ambiente, base para o turismo sustentável, não será possível no ritmo da exploração e deterioração dos recursos naturais que vêm sendo causadas por setores do empresariado turístico, que consideram o meio ambiente uma matéria-prima ilimitada.

PIRES (1998)⁵³ em seu trabalho *Ecoturismo no Brasil*, cita princípios éticos e de sustentabilidade para projetos de ecoturismo: (a) a contribuição efetiva da atividade para conservação da natureza, através da geração da receita para financiar tal conservação; (b) a preocupação com o mínimo impacto ambiental e social, no sentido do consumo racionalizado de recursos naturais, da reciclagem de resíduos, de sensibilidade para com as culturas locais, entre outros procedimentos de mesmo caráter; (c) o envolvimento da população local no seu sentido mais amplo, ou seja todas as forças existentes e dispostas a se envolverem no desenvolvimento da atividade, fazendo com que ao longo do tempo de maturação dos projetos e atividades compreendidas, haja uma taxa de retorno financeiro satisfatória para todos; e (d) a oportunidade de se implantar a educação ambiental para todos os envolvidos, desde o público visitante até a comunidade local. Independente dos termos que venham a ser utilizados para caracterizar o ecoturismo, turismo rural ou agroturismo, é necessária a consciência de que o mais importante é o fato de alterar práticas e não o local ou o nome da modalidade.

O aumento populacional faz crescer a demanda de bens e serviços, potencializando a pressão sobre os recursos naturais, gerando maior demanda por empregos e moradias.

Nos países onde as taxas de aumento populacional foram mais altas, mais rapidamente as áreas foram convertidas para usos agrícolas, pressionando ainda mais a terra e o habitat natural. Como demonstrou um estudo econométrico de 23 países latino-americanos, continua a haver correlação positiva entre expansão da área agrícola e o aumento populacional (BANCO MUNDIAL, 1992 apud COUTINHO 2000).⁵⁴

No relatório *Nosso Futuro Comum* (1988),⁵⁵ identifica-se que a viabilidade do desenvolvimento sustentável está diretamente relacionada à qualificação de recursos humanos. É necessária uma reavaliação da prática educacional convencional, difundindo-se mais cursos profissionalizantes e técnicos, com participação de organizações comunitárias e o aproveitamento de técnicas tradicionais. Isto possibilitará a inserção de um maior número de profissionais em setores, representados pelos serviços relacionados ao segmento do mercado turístico como, por exemplo, em hospedagem, alimentação, transporte, agenciamento e operacionalização de viagens e condução de visitantes.

A educação deveria estar equipada para tornar as pessoas mais capazes de lidar com problemas de superpopulação e densidades populacionais muito elevadas, e estar mais capacitadas a melhorar o que se poderia chamar de ‘capacidades sociais de produção’. Isto é indispensável para evitar rupturas na tecedura social [...]. Por isso, a educação deveria ser mais abrangente e englobar as ciências sociais e naturais e também as humanidades, para que se pudesse perceber a interação dos recursos naturais e humanos, do desenvolvimento e meio ambiente. (CMMAD, 1991)⁵⁶

Segundo ANJOS (2001) “o turismo ecológico em prática no Brasil hoje não tem muito de ecológico: é poluidor, utiliza em demasia produtos não-recicláveis, e os turistas, às vezes, comportam-se com total desprezo para com as culturas locais.”⁵⁷

CONCLUSÃO

O irônico comentário de KRIPPENDORF (1989), sobre a intensidade do fenômeno turístico, ilustra adequadamente os aspectos críticos do tema em estudo, enfatizando que:

quase todos participam do movimento, imaginando que o fazem de livre arbítrio, mas a aparência é de quem obedece a uma ordem. Alinham-se em filas de carros ou deixam-se despachar, como se fossem cargas, em ônibus, jumbos ou trens. Amontoam-se em praias que se tornaram muito pequenas. Fazem fila diante de lojas e restaurantes, ascensores de esqui e teleféricos, assim como diante dos pontos turísticos, que já demonstram o desgaste provocado por todos esses olhares. Chegam até a hospedar-se em barracões. Um especialista em comportamento faz notar a esse respeito que, se tais condições fossem impostas aos trabalhadores durante as horas de trabalho, os sindicatos interviriam, e com toda razão.⁵⁸

Nota-se o desapontamento do autor com o que se tornou o turismo nos dias atuais, ou seja, um fenômeno não mais ligado aos desejos de descobrir ou aprender coisas novas e sim por que as pessoas "...não se sentem mais à vontade onde se encontram, seja nos locais de trabalho ou seja onde morem. Sentem necessidade urgente de se desfazer temporariamente do fardo das condições normais de trabalho, moradia, e de lazer, afim de estar em condições de retomá-lo quando regressem." KRIPPENDORF (1989).⁵⁹ Tais condições têm gerado o deslocamento de multidões a ambientes não preparados para recebê-las, causando impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais, incluindo-se aí as alterações na paisagem. Com o resultado de trabalhos de pesquisa voltados ao produto turístico, torna-se possível auxiliar as comunidades na preservação de seu meio, atribuindo a estas a participação no planejamento e gestão das atividades de conservação e contribuir para a interpretação da realidade do local, fornecendo subsídios para uma ação de conservação da identidade cultural das comunidades locais.

NOTAS

- 1 MENTINK, H. R. Long term development in european agriculture and it's impacts on the landscape. *Landscape Urban Planning*, Amsterdam, n.118, p. 203-209, 1990.
- 2 ECKBO, G. Qualitative values in the landscape. In: ZUBE, Ervin H.; BRUSH, Robert O.; FABOS, Julius Gy. (Ed.) *Landscape assessment: values, perceptions and resources*. Stroudsburg, Pa.: Dowden, Hutchinson & Ross, 1975.
- 3 BOURASSA, S. C. A paradigm for landscape aesthetics. *Environment & Behavior*, v. 22, n.6, p. 787-812, 1990.
- 4 KLUCKON; MURRAY (1950). Apud. CRAIK, K. H. Individual variations in landscape. In: ZUBE, R. H. *Landscape assessment: values, perceptions and resources*. ZUBE, Ervin H.; BRUSH, Robert O.; FABOS, Julius Gy. (Ed.) Stroudsburg, Pa.: Dowden, Hutchinson & Ross, 1975.
- 5 ECKBO, G. (1975) op. cit.
- 6 QUEVEDO NETO, P. L. Paisagens preferidas e transformação da paisagem na área de transição urbano-rural da Grande São Paulo. Dissertação – FFLCH/GE, USP, 1999.
- 7 UENO, L. H. (1985) O deslocamento do cinturão verde de São Paulo no período de 1973 a 1980. Dissertação (Mestrado), FEA – USP, 1985.
- 8 BRYANT, C. R.; RUSSWURM, L.H.; McLELLAN, A.G. et al. *The city's countryside: Land and it's manegement in the rural urban fringe*. New York: Longman, 1982.
- 9 POTTER, C. Playing the planner: public participation in urban fringe. *Town & Country Planning*, n.10, p. 18-49, Febr., 1994.
- 10 HOLLIDAY, J. The new urban realm. *Town & Country Planning*, n.10, p. 259-261, 1994.
- 11 KAPLAN, R.; KAPLAN, S. *Cognition and environment: functioning in an uncertain world*. Ann Arbor MI: Ulrich Bookstore, 1983.
- 12 KAPLAN, S.; TALBOT, J. F. Psychological benefits of a wildemess experience. In: ALTMAN, I; WOHLWILL, J. F. *Human behavior and environment: advances, theory and research*. New York: Behavior and the natural environment, New York, Plenum Press, v.6. p. 163-203, 1984.
- 13 KORPELA, K.; HARTING, T. Restorative qualities of favorite places. *Jornal of Environment Psychology*, n.16, p. 221-233, 1986.
- 14 STRUMSE, E. Demographic differences in the visual preference for agrarian landscapes in Western Norway. *Journal of Environmental Psychology*, London, Academic Press, v. 16, n. 1, p. 17-31, Mar., 1996.
- 15 SULLIVAN III, W. C. Perception of the rural-urban fringe: citizen preference for natural and developed settings. *Landscape and Urban Planning*, Amsterdam, n. 29, p. 85-101, 1994.
- 16 COETERIER, V. F. Dominant atributes in the perception and evaluation of the dutch landscape. *Landscape and the Urban Planning*, n. 34, p. 27-34, 1996. 17 Id. *ibid*.
- 18 MENTINK (1990) op. cit.
- 19 LUGINBUHL, Y. Le paysage rural. La couleur de l'agricole, la saveur de l'agricole, mais qui rest-t-il de l'agricole? *Etudes Rurales*, n. 121-124, p. 27-44, 1991.
- 20 SARTOR, L. F. (1977) *Turismo rural uma alternativa de produção*. Porto Alegre: EST. (Coleção Nossa Terra)
- 21 POTTER, C., (1994) op. cit.
- 22 COETERIER, V. F. (1996) op. cit.
- 23 HOLLIDAY, J. (1994) op. cit.
- 24 RUCSHMANN, D. V. D. M. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. 4. ed. Campinas: Papirus, 1999. 199 p. (Coleção Turismo).
- 25 TRIGO, L. G. G. *Turismo e qualidade: tendências contemporâneas*. Campinas, SP: Papirus, 1993.
- 26 BARRETO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- 27 ANDRADE, J. V. *Turismo: fundamentos e dimensões*. São Paulo: Ática, 1992.
- 28 TRIGO (1993) op. cit.
- 29 SCHULLERN, (1911) Apud. BARRETO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- 30 PELLEGRINI, A. F. *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas, SP: Papirus, 1993.
- 31 BARRETO, M. (1995) op. cit.
- 32 TRIGO, (1993) op. cit.
- 33 ANDRADE, (1992) op. cit.
- 34 BARRETO, (1995) op. cit.
- 35 OMT (1993) Apud PRADO, A. C. A., *Impactos do Ecoturismo no Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Cubatão – Dissertação (Mestrado) ECA – USP, 2001*.
- 36 PIRES, P. S. *Ecoturismo no Brasil: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista – Tese (Doutorado) FFLCH – USP, 1998*.

- 37 BAEZ (1996) Depoimento cedido em agosto de 1996. Florianópolis, SC. Apud PIRES, P. S. Ecoturismo no Brasil: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista – Tese (Doutorado) FFLCH – USP, 1998.
- 38 COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (Brasil). Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.
- 39 PIRES, B. C. C. Gestão em agências de ecoturismo e sua inserção no contexto de sustentabilidade. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado) FEA – USP, 1998.
- 40 CEBALLOS-LASCURÁIN. Tourism, ecotourism and protected areas. Austrália, 1990. Paper presented at the 34 th Working Session of the Commission of National Parks and Protected Areas, 217. Perth, Australia, Nov., 1990.
- 41 PRADO, A. C. A. Impactos do ecoturismo no Parque Estadual da Serra do Mar. São Paulo, 2001. Dissertação de Mestrado – ECA, USP, 2001.
- 42 BOO, E. Planning for ecotourism. Parks, v. 2, n.3, 1991.
- 43 AUSTRALIAN COMMONWEALTH DEPARTMENT OF TOURISM. A National tourism strategy. Australian Government Publishing Service: Canberra, 1992.
- 44 FIGGIS, P. Tourism in fragile lands: the Australian experience. In: CONGRESS ON ECOTURISM AND ADVENTURE TRAVEL, Hobart. Proceedings of the world. [S.l.: s.n.] 1993.
- 45 BUTLER, R. W.; PEARCE, D. Change in tourism: people, places and processes. London: Routledge, 1995.
- 46 LINDBERG, Kreg (Ed.); HAWKINS, Donald E. (Ed.). Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão. Tradução de: Leila Cristina de M. Darin. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 1995. 292 p. Título original: Ecotourism: a guide for planners and managers.
- 47 RODRIGUES, A.B. (Org). Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques metodológicos. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 94-121.
- 48 RUCSHMANN, D. V. D. M. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. 4. ed. Campinas: Papirus, 1999. p. 109. (Coleção Turismo).
- 49 MOLINA, S. Turismo y ecología. 6. ed. Mexico: Trillas, 1998. 198p.
- 50 EMBRATUR. Pólos de ecoturismo: planejamento e gestão / Guilherme Wendel de Magalhães (Coord) São Paulo: TERRAGRAF, 2001.
- 51 COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (Brasil) Apud RUCSHMANN, D. V. D. M. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. 4. ed. Campinas: Papirus, 1999. p. 109. (Coleção Turismo).
- 52 BANCO MUNDIAL, 1992 Apud COUTINHO, M. C. B. Ecoturismo: reservas extrativistas no Brasil e experiências da Costa Rica, Dissertação (Mestrado), PROLAM – Programa de Integração da América Latina – USP, 2000
- 53 PIRES, P. S., (1998) op. cit.
- 54 BANCO MUNDIAL (1992) Apud COUTINHO, M. C. B., op. cit.
- 55 COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (Brasil). (1988) op. cit.
- 56 Id. Nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991. 430 p.
- 57 Segundo ANJOS, J. L. Turismo rural: fazenda e pousada. Belo Horizonte, 2001. Dissertação (Mestrado) – UFMG, 2001.
- 58 KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. 235p.
- 59 Id. *ibid.*

*Eng. Agrônomo e Paisagista. Mestrando junto à Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” ESALQ – USP. MBA em Administração de Empresas pelo Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul – IMES. Participou do Prêmio Sesc-Senac de Turismo Sustentável, realizado em outubro de 2002.
E-mail: nval@carpa.ciagri.usp.br / nilton.val@terra.com.br.